



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**370 anos da Segunda Batalha dos Guararapes - 230 anos da Inconfidência Mineira
130 anos da Proclamação da República - 120 anos da Revolução Acreana**

ANO 2019

Abril

Nº 313

Atenção: nos dias 23 e 24 de abril próximos acontecerá o II Ciclo de Palestras da AHIMTB – Centenário da Missão Militar Francesa no Exército Brasileiro.
Local: Auditório do Museu Militar do Comando Militar do Sul, à Rua dos Andradas, 630, Centro Histórico de Porto Alegre.
Serão seis palestras sobre o assunto. Inscrições pelos fones 3220-6366 e 3226-5883.
Compareça e saiba a importância da MMF na História do EB.

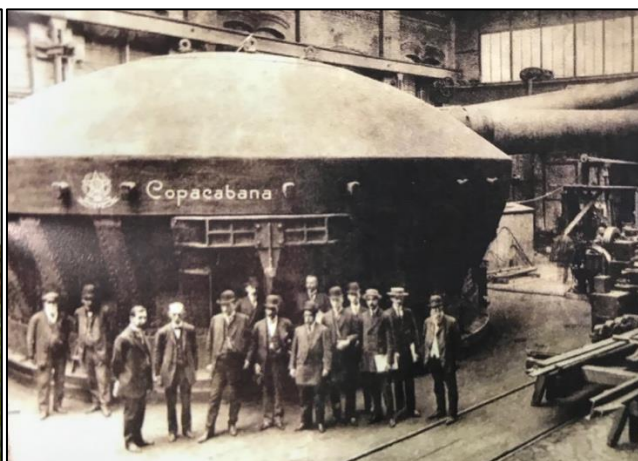
REVOLTAS DA REPÚBLICA VELHA

Luiz Eduardo Silva Parreira
Aluno da UNISUL de SC

Introdução

Quarta-feira, 5 de julho de 1922. O Rio de Janeiro acorda sob a sinistra melodia da pesada artilharia do Forte de Copacabana. “À 1h20 [daquele dia], o Tenente Siqueira Campos disparou um dos canhões [Krupp, de 305 milímetros (12 polegadas), daquela fortaleza]. Era o sinal (...) [os rebeldes aguardaram a adesão das outras unidades] (...) Mas nada aconteceu”(1). Outra vez o silêncio da madrugada é rompido com o troar de mais tiros, desta vez objetivando acertar alvos na cidade. São bombardeados o Quartel-General, a ilha das Cobras, o Depósito Naval e o Túnel Novo(2).

Figura 1 e 2 (abaixo): concepção artística do tiro dado pelo Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922 e o seu canhão de 305mm, antes dele ter sido colocado na cúpula. Fonte: História do Exército Brasileiro e Revista DaCultura.



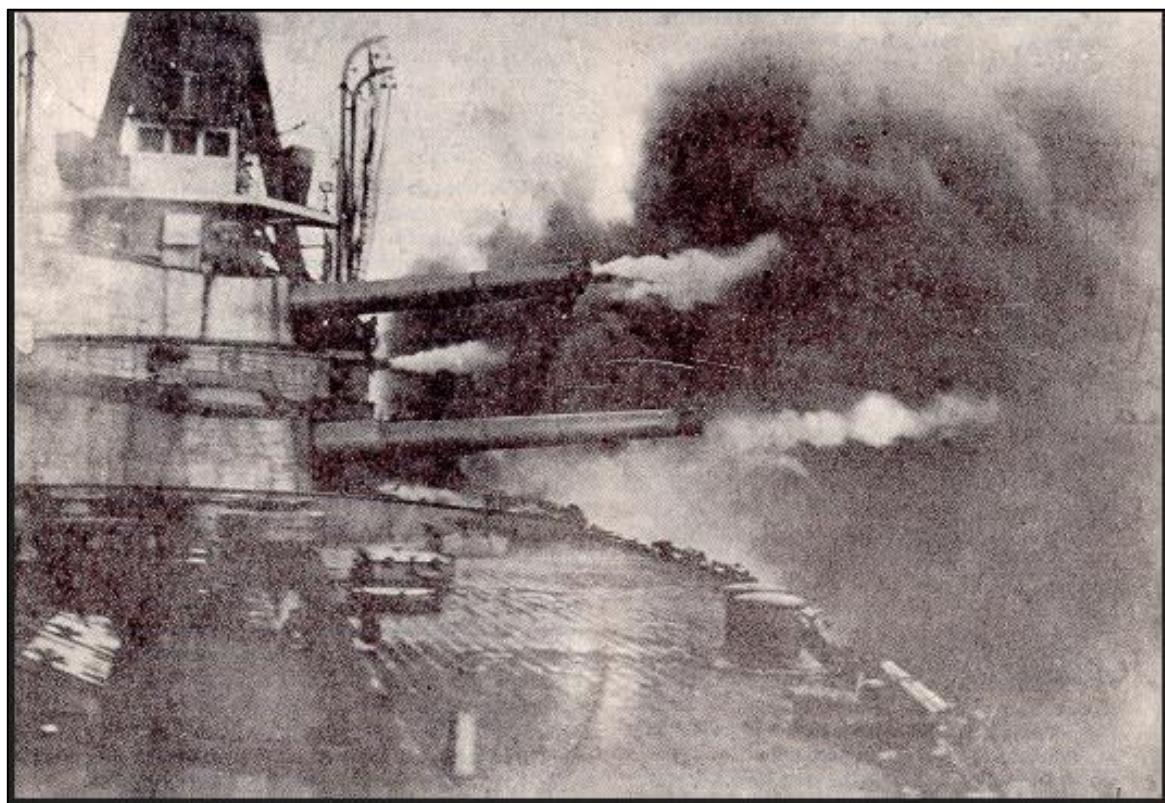
¹ 100 anos de República. Rebeldes: rendição e massacre. Volume III - 1919 a 1930. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 19.

² 100 anos de República, op. cit., p. 19.

“Em represália à eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em março de 1922 e a algumas medidas repressivas do governo de Epitácio Pessoa, principalmente a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar no início de julho de 1922, foi acelerada no Rio de Janeiro uma conspiração militar. [O plano foi] encabeçado na Escola Militar do Realengo pelo coronel João Maria Xavier de Brito Júnior, veterano da Guerra de Canudos (1897) e diretor da Fábrica de Cartuchos do Realengo. A revolta deveria contar com a ação conjunta das forças da Escola Militar do Realengo, da Vila Militar e do forte de Copacabana e seria desencadeada a uma hora da madrugada de 5 de julho”(3).

Do início de manhã e durante todo aquele dia a fortaleza sofre ataques vindos dos canhões da Fortaleza de Santa Cruz e dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo. Estes também possuíam canhões de 305mm(4). Só o São Paulo disparou 20 tiros contra o Forte de Copacabana(5).

Figura 3: encouraçado Minas Gerais disparando seus canhões de 12 polegadas. Fonte: Navios de Guerra Brasileiros.



Dentro do Forte reinava o terror! Mesmo sendo a sua estrutura principal resistente aos projéteis dos navios, a chuva de estilhaços abalou os nervos dos militares que lá estavam(6). O Forte é sitiado. Siqueira Campos voltou-se para os amotinados e permitiu a saída daqueles que desejassem. Dos 302 amotinados, 29 ficaram(7). Com o desenrolar dos acontecimentos, os revoltosos decidem sair do Forte e enfrentar os mais de 3.000 soldados legalistas que os aguardavam em um ponto da Avenida Atlântica. 29 saem do Forte de Copacabana.

³ CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. **Juarez Távora**. <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/T%C3%81VORA,%20Juarez%20r%20.pdf>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁴ O combate entre navios de guerra e a Artilharia de Costa é um dos mais dramáticos combates de uma guerra. O filme norueguês *A escolha do rei*, retrata com real dramaticidade o ataque da fortaleza de Oscarsborg contra o cruzador alemão Blücher, em 1940. <<https://www.youtube.com/watch?v=YZ79i11JSnU>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

⁵ **Encouraçado São Paulo**. Navio de Guerras Brasileiros. <<http://www.naval.com.br/ngb/S/S031/S031-txt1.htm>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

⁶ Um comentário feito no site de perguntas e respostas *QUORA*, apontou que, com base nos danos causados por esse tipo de arma na Normandia, o impacto de uma granada de artilharia lançada de um canhão de 305mm abriu crateras de 9 metros de diâmetro e 4,5 metros de profundidade, lançando estilhaços num raio de 180 metros! Vale lembrar que um canhão de 305mm lança um projétil de 500kg a 35km, se posicionado num ângulo de 45°. <<https://www.quora.com/How-large-of-an-explosion-do-12-inch-gun-shells-cause-when-they-detonate>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

⁷ **100 anos de República. Rebeldes: rendição e massacre. Volume III - 1919 a 1930**. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 19.

Durante a caminhada, 11 debandam. Ficaram 18...os 18 do Forte(8)! Otávio Correa, um civil que assistia à cena, adere aos 18. Momentos depois começa a fuzilaria! No fim, apenas dois sobreviventes: Eduardo Gomes(9) e Siqueira Campos(10).

Figura 4: Os 18 do Forte! Fonte: 100 anos de República.



Figura 5: Uniformes do Exército Brasileiro, quando da época da Revolução de 1924. Fonte: Wasth Rodrigues.



⁸ Os militares portavam o fuzil Mauser modelo 1893, calibre 7mm X 57mm, que passou a ser conhecido como modelo 1908, no Brasil. Os uniformes eram o 4º uniforme de brim-cáqui, de influência inglesa, adotado no Brasil em 1908. O General Heitor Borges Fortes, no seu livro *Velhos Regimentos* (Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1964, p. 224) que a partir daí “em vez de capacete, foi introduzido o “képi”, do tipo francês, feito de pano da cor da arma respectiva (...) mais tarde (Decreto 14.327, 25/08/1920 <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14327-25-agosto-1920-513621-publicacaooriginal-93504-pe.html>>) foram introduzidos o cinto talabarte (francês) e o “boné americano”, este para uso nos uniformes cáqui e branco. Em exercícios e manobras, admitia-se também o chapéu de palha para praças. No remate, segundo artigo publicado pela universidade de Oxford, em razão dos 100 anos do término da I Guerra Mundial: “Acredita-se que o uniforme *Khaki* começou a ser usado depois que Sir Harry Lumsden, servindo na Índia, em 1846, teve a ideia de banhar os uniformes do Corpo de Guias, em água com lama, fazendo com que o tecido ficasse da cor das planícies ao redor. Sua camuflagem pegou, e em 1848 William Hodson, então o segundo em comando, escreveu para o irmão pedindo-lhe material suficiente para vestir 900 homens. Khaki em hindi significa “terra” ou “poeira”. Tradução livre de < <http://www1centenary.oucs.ox.ac.uk/material/why-first-world-war-soldiers-wore-khaki/>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

⁹ Mais tarde, Eduardo Gomes, que era da arma de Artilharia, ingressa na Aviação Militar. Com a criação da Força Aérea Brasileira, é transferido para esta força. Chega ao posto de Marechal do Ar e é declarado Patrono da FAB pela Lei Nº 7.243 de 6 de novembro de 1984.

¹⁰ Siqueira Campos manteve-se nos movimentos de revolta contra a Velha República, tendo participado da coluna Miguel Costa-Prestes e se refugiado no Uruguai. Em 1930, num voo que o traria de volta ao Brasil, morre quando a aeronave cai. É famosa sua frase: “À Pátria tudo se deve dar, sem nada exigir em troca, nem mesmo compreensão”.

Mas o que provocou essa situação quase que inimaginável? A política(11)! Em 1922 fazia 100 anos que o Brasil havia se tornado um país independente e pouco mais de 30 anos que havia se tornado uma República. Os militares, principais agentes da derrubada da Monarquia, aos poucos, vão sendo colocados à margem das decisões. Ainda havia muitos políticos do antigo regime, com enorme influência no novo. Isto porque “a República fora proclamada, mas [durante bastante tempo], a máquina eleitoral do Império continu[ou] intacta”(12).

Com efeito, tal fato fez com que muitos dos planos que se haviam planejado para a República continuassem sem execução. E a antiga situação de influências e intrigas, permanecia inalterada. Isso fez com que alguns levantes militares ocorressem. Parte deles em virtude de que alguns poucos oficiais “facciosos (...) [que pretendiam] monopolizar as novas instituições em benefício de grupos privilegiados”(13). O mesmo acontecia do lado civil, só que sem força para levantes, mas com dinheiro para apoiar o lado que melhor lhes favorecesse.

Esses grupos não eram majoritários, mas conseguiam atrapalhar a condução da política nacional. Criaram tanta intriga que fizeram com que as duas forças que haviam se juntado para a derrubada da monarquia - a civil e a militar -, se vissem em lados opostos. Os civilistas, corrente contrária a dos militaristas, asseverava, quando do início da I Guerra Mundial (já na presidência de Wenceslau Brás), que a contribuição monetária que teve de ser recolhida pela sociedade para que o Brasil pudesse honrar com seus compromissos em razão daquele conflito, era algo criado pelas forças armadas, as quais estavam se tornando “um peso nos encargos da nação...”(14).

O Brasil participou da guerra! E esse contato traumático com a moderna tecnologia de então fez com que o país decidisse pela modernização das suas Forças Armadas, indo desde a questão material, passando pela mais importante: a formação de pessoal. Da mesma maneira, o país recebeu mais imigrantes europeus, vindos dos países arrasados pela guerra. Eles procuravam oportunidades além-mar. Só em São Paulo, que tinha cerca de 550 mil habitantes, passou a abrigar 100 mil italianos(15). Os imigrantes trouxeram ideias quanto a relações trabalhistas e organização de entidades privadas, coisa até então muito pontual e incipiente no Brasil.

Isso fez com que a população migrasse do campo para a cidade, fazendo crescer a classe média; esta, cada dia “mais inquieta sob o jugo das elites oligárquicas, que não se mostravam dispostas a admitir novos concorrentes nos círculos dirigentes por ela dominados”(16).

O somatório de todos esses fatos resultou que num breve espaço de tempo a conscientização quanto Nação, coisa pública e deveres políticos e dos políticos, aumentasse também nos jovens militares.

Pelas datas de praça dos tenentes envolvidos nos levantes de 1922 e 1924, tem-se que foram instruídos pelo regulamento de 1913(17) e estudaram na nova Escola Militar do Realengo, criada depois da centralização do ensino do Exército num só lugar, objetivando a uniformização da instrução e melhor preparação dos seus quadros. “Mas [essa] escola não saiu do nada”, assevera Míriam de Oliveira Santos. Esclarece a Professora que:

“[O Exército Brasileiro] não fez a política de “terra arrasada” em relação a Escola Militar da Praia Vermelha. Havia, na escola Militar do Realengo, professores positivistas, como Cândido Rondon, Tasso Fragoso, Antônio Prestes e Horta Barbosa. Embora não houvesse uma cadeira específica para isto, continuava-se estudando a política, e as obras de Alberto Torres, um filósofo positivista, que era declaradamente contra o Exército, eram lidas e debatidas na escola, influenciando o aparecimento de ideia de que a política podia ser abolida para dar lugar a ciência. Duas

¹¹ Em reportagem sobre a exposição sobre a Revolução de 1924, o jornal Imprensa Oficial, de Mairiporã, na sua edição de 23 de janeiro de 2009, expõe um dos fatos que fez com que revoltas como a de 1922 e 1924 acontecessem: “(...) A Revolução de 1924, em São Paulo, foi uma das manifestações marcantes do processo em desenvolvimento no País, de descontentamento com o sistema político-eleitoral então vigente. Eleito para um segundo mandato como presidente da República, em 1918, o patriarca paulista Rodrigues Alves não chegou a tomar posse, pois morreu, vitimado pela epidemia de gripe espanhola. Uma nova eleição levou ao poder o paraibano Epitácio Pessoa, no momento em Paris, chefiando a delegação brasileira em uma importante negociação diplomática. Lá, recebeu um telefonema comunicando-lhe, simultaneamente, que houvera uma eleição, ele fora candidato e estava eleito presidente da República – uma grotesca demonstração de como era o processo eleitoral contra o qual se insurgiam os revoltosos (...)”.

¹² HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). Silva Jardim. Grandes Personagens de Nossa História. Volume 41. São Paulo: Abril Cultural, 1969, p. 668.

¹³ CALÓGERAS, Pandiá. Formação Histórica do Brasil. 8ª Edição. Coleção Brasileira. Volume 42. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p. 357.

¹⁴ FORTES, Breno Borges (org). História do Exército Brasileiro. Volume 2. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, p. 888.

¹⁵ MCCANN, Frank D. Soldados da Pátria. História do Exército Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 292.

¹⁶ KEITH, Henry Kunt. Soldados salvadores: as revoltas militares de 1922 e 1924, em perspectiva histórica. Rio de Janeiro: BiBliEx, 1989, p. 179.

¹⁷ MOTA, Jehovah. Formação do Oficial do Exército. Rio de Janeiro: BiBliEx, 1998, p. 242.

décadas depois da Proclamação da República o ideário dos jovens militares continuava apontando para ideias positivistas de que a Nação deveria ser dirigida por técnicos e não pelos políticos que desorganizavam o País”(18).

No entendimento dos tenentes oriundos de uma Escola Militar mais profissional, tinham que sua “participação na política [era] necessária, dada a distribuição do poder entre as forças permanentemente em luta por ele. Posto que as instituições políticas e sociais [eram] frágeis”(19).

Juarez Távora(20), um dos líderes das Revoluções de 22 e 24, escreveu:

“A massa imbele da nação dificilmente poderá vencer, sozinha, a guarda pretoriana que defende déspotas. E a história não cita, como regra, exemplos de revoluções vitoriosas, em que a força armada não tenha precedido o povo ou, pelo menos, com ele fraternizado, no momento das pugnas decisivas. E essa interferência benéfica da força armada não se tem limitado a permitir ao povo descartar-se de seus tiranos: tem valido, no meio das desordens generalizadas que caracterizam essas crises sociais (de) um escudo protetor da nação contra os excessos da indisciplina popular”(21).

A situação política do Brasil fez com que as vozes dentro das Forças Armadas que viam no Governo Federal a figura do Leviatã que mais prejudicava o povo do que ajudava, pensando somente em servir bem uns poucos, fez eclodir a revolta de 1922. “Tentaram fazê-la em âmbito nacional, mas a deficiência de comunicações, de comandos e de apoio dos governantes estaduais acabou por circunscrevê-la ao Rio de Janeiro, e logo ao Forte de Copacabana”(22).

Por essa falta de adesão, teve o fim já descrito linhas acima. Seus dois sobreviventes foram presos e colocados junto com os demais conspiradores, dentre eles Gustavo Cordeiro de Farias e os irmãos Távora: Joaquim, Fernando e Juarez, inicialmente na ilha das Cobras e depois no navio-prisão Cuiabá. Tempos depois, por meio de um habeas corpus, foram postos em liberdade condicional, aguardando o julgamento dos seus atos(23).

Figura 6: Oficiais prisioneiros no 1º Regimento de Cavalaria. Fonte: 100 anos de República.



A revolta de 22 tinha como um dos seus motivos também, impedir a posse do presidente eleito Arthur Bernardes, típico representante da política do “café-com-leite”, que era a sucessão entre candidatos paulistas e mineiros na presidência. Algumas situações durante a campanha já davam sinais de desgaste desse tipo de política. Numa delas, Bernardes é recebido no Rio de Janeiro “com uma chuva de tomates e ovos podres”(24).

¹⁸ SANTOS, Míriam de Oliveira. Berço de Heróis: o papel das escolas militares na formação de “salvadores da pátria”. São Paulo: AnnaBlume, 2004, p. 79 - 80.

¹⁹ KEITH, Henry Kunt. Soldados salvadores: as revoltas militares de 1922 e 1924, em perspectiva histórica. Rio de Janeiro: BiBliEx, 1989, p. 4 do prefácio.

²⁰ Juarez Távora, anos mais tarde, chega ao posto de General. Foi comandante da Escola Superior de Guerra e em 1964 ficou em segundo lugar na eleição para presidente, quando venceu Castelo Branco.

²¹ KEITH, op. cit. p. 178.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). Arthur Bernardes. Grandes Personagens de Nossa História. Volume 54. São Paulo: Abril Cultural, 1969, p. 900.

²³ CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Juarez Távora. <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/T%C3%81VORA,%20Juarez%20r%20.pdf>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

²⁴ HOLANDA, op. cit., p. 900.

Findo o levante, Arthur Bernardes assume declarando que “o presidente esquecerá as mágoas do candidato”(25). Mas na verdade, o que se viu foi que “os inimigos políticos de Bernardes eram presos e desterrados para a Amazônia, os militares remanejados, passando a servir nas unidades mais longínquas”(26). No decorrer do seu governo ainda houve intervenção no Rio de Janeiro e na Bahia, censura na imprensa e a suspensão dos direitos civis.

“Em meados de 1923 começaram a ser feitas sondagens nos meios militares do Sul do país para tentar um novo levante contra o governo de Artur Bernardes. O oficial mais graduado envolvido nesse movimento era o general da reserva Isidoro Dias Lopes. Os oficiais sediciosos de 1922, na sua maioria, suspeitando de que a Justiça estivesse sendo pressionada pelo governo para agravar suas penas, decidiram aguardar fora do Rio de Janeiro a sentença, prevendo assim a possibilidade de se incorporarem à conspiração que se articulava caso o desfecho do julgamento fosse desfavorável”(27).

Figura 7: General Isidoro (esquerda) e Major Miguel Costa. Fonte: 100 anos de República.



Os revoltosos entram em contato com o Major Miguel Costa(28), da Força Pública de São Paulo, que auxilia a contatar as organizações militares que estavam em São Paulo e se tornaria um dos seus mais importantes líderes. O agente que fazia a ponte entre Isidoro, Miguel Costa e os demais revoltosos do centro-sul do país era o Capitão Joaquim Távora. “O levante sofreu cinco adiamentos sucessivos, antes de ser fixado para 5, data escolhida especialmente por Joaquim Távora e Miguel Costa para relembrar a revolta de 1922”(29).

²⁵ HOLANDA, op. cit., p. 900.

²⁶ HOLANDA, op. cit., p. 903.

²⁷ CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Juarez Távora. <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/T%C3%81VORA,%20Juarez%20r%20.pdf>>. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

²⁸ “Em 1917, durante a greve geral de São Paulo, o mesmo Major de Cavalaria, MIGUEL COSTA, recebera ordens governamentais para dissipar os manifestantes. Mesmo após receber uma pedrada na testa, lançada por um manifestante mais exaltado, apeou de seu cavalo e se pôs a conversar com os grevistas. Recebeu o convite para verificar as precárias condições em que viviam as pessoas. Resultado: por lógica, influenciado pelas condições subumanas que seus olhos constataram (operários, imigrantes, migrantes, crianças, mulheres, idosos etc.), negociou a primeira greve no Brasil. Com certeza aquela vistoria de 1917 incrementou sua visão humanista, pois foi testemunha presencial das condições adversas de vida no Brasil naquele primeiro quarto do século passado”. <<https://bit.ly/2SRi2ZD>>@policiamilitarsp. Acesso em 19 de fevereiro de 2019.

²⁹ FORTES, Breno Borges (org). **História do Exército Brasileiro. Volume 2.** Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, p. 906.

A estratégia era simples: a) iniciar um levante em São Paulo; b) arregimentar forças que desejavam uma mudança de governo, vindas de todas as partes do Brasil; e c) iniciar revoltas nos Estados e, por fim, d) marchar em direção ao Rio de Janeiro para derrubar o governo. Não eram objetivos sequenciais, podendo eles serem executados ao mesmo tempo ou em sequência, de maneira que no fim o que se pretendia era haver força suficiente para derrotar o governo no Rio de Janeiro.

Figura 8: A Revolução de 24 na cidade de São Paulo: áreas onde se concentraram os principais acontecimentos. Fonte: Google Maps, com base no desenho da História do Exército Brasileiro.



O plano dos revoltosos previa um assalto ao complexo de quartéis das forças auxiliares paulistas, que ficavam na região da estação da Luz. Eram o 1º, 2º e 4º Batalhões de Infantaria da Força Pública, o Corpo Escola, a Cadeia Pública e o Regimento de Cavalaria, comandado por Miguel Costa e já alinhado com a revolução. A ação seria feita por elementos do 4º Batalhão de Caçadores (4º BC)(30) do Exército e pela cavalaria policial. O apoio de fogo viria do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada (2º GIAP)(31) 105mm, sediado em Quitaúna (Osasco)(32). Esse objetivo atingido, os revoltosos ocupariam então as estações ferroviárias da Luz e da Paulista (localizadas perto do complexo de quartéis da polícia), o telégrafo e a telefônica.

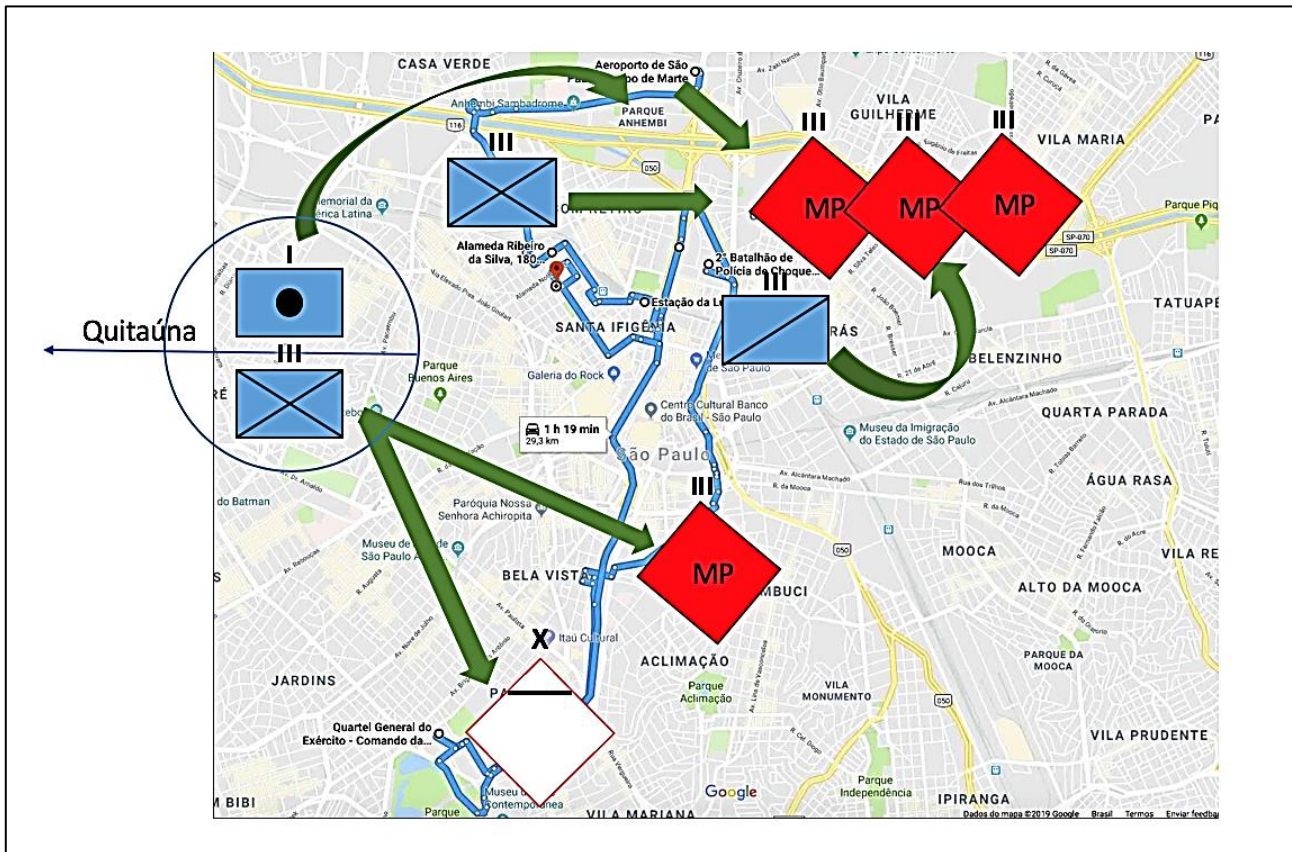
De Quitaúna também viriam membros do 4º Regimento de Infantaria (4º RI), com a missão de subjugar os outros quartéis da polícia, na cidade de São Paulo: o 3º e o 5º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Justiça, o Quartel-General da Guarda Cívica e o Palácio do Governador.

³⁰ Em Velhos Regimentos, Borges Fortes, no seu livro já mencionado, p. 217, informa que “Batalhão de Caçadores [foi o nome dado pelo Exército Brasileiro] para os corpos isolados de várias guarnições, principalmente as sedes de governos estaduais”. Dai se explica haver uma OM de Infantaria em São Paulo e outra bem próxima, em Quitaúna (Osasco).

³¹ O General Heitor Borges Fortes, ainda em Velhos Regimentos, p. 258, explica “na terminologia militar a expressão artilharia pesada “foi reservada para designar os materiais de calibre superior a 100mm”.

³² Servia nesse quartel e foi um dos responsáveis por levar uma bateria de 105 para o Campo de Marte, o Tenente Filinto Strubling Muller, que viria a ser Chefe de Polícia de Vargas e posteriormente Senador da República. Serviu nesse quartel Gustavo Cordeiro de Farias, irmão de Osvaldo Cordeiro de Farias, que comandou a artilharia da FEB.

Figura 9: A primeira fase do plano dos revoltosos. Fonte: Acervo de Luiz Eduardo Silva Parreira.



Todas essas ações deveriam ocorrer ainda durante a madrugada, de maneira que, ao amanhecer, Joaquim Távora rumaria para o Rio de Janeiro, com 500 homens, pela Estrada de Ferro Central do Brasil, incorporando as tropas revoltosas durante a jornada. E pela Railway partiria outro destacamento, na direção de Santos, a fim de ocupá-la ou, se tal objetivo não fosse possível, montar barreiras a fim de impedir o deslocamento de tropas do litoral para reforçar as forças legalistas na capital bandeirante.

Com São Paulo dominada e neutralizada Santos, o Vale do Paraíba ficaria livre para uma investida contra o Rio de Janeiro. Os revoltosos acreditavam que com essas vitórias, tropas de outras guarnições se juntariam a eles, contra o governo federal.

Na madrugada do dia 5 de julho de 1924, tropas do 4º Batalhão de Caçadores (4º BC) saem daquele quartel para cumprirem sua missão. O primeiro alvo foi o 4º Batalhão de Infantaria da Força Pública (4º BFP), que é dominado e parte da sua tropa adere à revolta. Naquela OM, diante da confusão de fatos e ordens, os ânimos estavam exaltados e num fato inusitado, o 1º tenente Castro entrou em luta corporal com o Tenente Gayer e o Capitão Juarez Távora, pois se dizia leal ao General Noronha e não participaria da revolta(33).

Na página seguinte: figuras 10 e 11: 30 anos depois, o General de Brigada Castro e General de Divisão Távora.
Fonte: IBGE e ESG.

³³ A Assembleia Legislativa de São Paulo guarda um fato curioso sobre esses personagens. Segundo a AL, “Aguinaldo Caiado de Castro viria a ser o comandante do 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio) da Força Expedicionária Brasileira nos campos da Itália na 2ª Grande Guerra Mundial, regressando ao Brasil como herói. No segundo governo de Getúlio Vargas, seria chefe da Casa Militar da presidência da República - ironicamente substituído por Juarez Távora, após o suicídio do presidente e a posse do vice Café Filho. Foi ainda senador da República, (PTB) pelo Distrito Federal de 1955-1963”.< <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=290637>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.



Nesse ínterim, o General Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, é informado do levante e parte rumo ao 4º BFP. Antes de sair, ordena ao Capitão Grimualdo Teixeira Favilla⁽³⁴⁾ que avisasse o Governador de São Paulo, para mobilizar a Força Pública, e o Ministro da Guerra.

Os oficiais revoltosos, após a adesão daquela OM, saem para tomar o Corpo Escola. Ao chegar ao 4º BFP, a atitude enérgica de Abílio de Noronha reverteu a situação. Desarmou a guarda revoltosa, libertou os militares leais ao governo e rumou com a tropa que ali arregimentou, em direção aos revoltosos. No meio do caminho é alcançado por Joaquim Távora, que lhe dá voz de prisão. Inicia-se uma acirrada discussão entre os dois, que só terminou com a chegada do General Isidoro, que conversou com o General Noronha. Dali, o comandante da 2ª RM e seu staff (EM), restam presos até a saída dos rebeldes de São Paulo.

Um dos sentinelas legalistas consegue escapar do cerco revolucionário e retorna para o seio do movimento legalista, narrando o que ocorreu. As tropas leais ao governo se recuperam e, sem que os revolucionários percebam, retomam o 4º BFP.

Pela manhã o plano ainda estava sendo executado e os alvos que seriam do 4º RI não haviam ainda sido atacados. Mas os alarmes haviam sido dados e iniciou-se uma movimentação intensa em todas as direções da cidade, pelas forças de segurança. Eram 1.500 revoltosos contra 1.000 legalistas, naquele momento.

Não sabendo da retomada do 4º BFP, pois a bandeira vermelha⁽³⁵⁾ no seu mastro ainda tremulava, os militares revoltosos retornam para ele, a fim de se reorganizarem e darem início à seguinte fase do plano: a descida do vale do Paraíba. Mas lá chegando, todos foram presos! Bento Bueno, Secretário de Justiça, os condena à morte por fuzilamento⁽³⁶⁾.

Um sargento que viu a cena, conseguiu escapar e informou o Major Miguel Costa da prisão. Este organizou um ataque ao quartel do 4º BFP e recuperou os prisioneiros.

Na página seguinte, figura 12: tropas legalistas da Força Pública, em posição para defender o Palácio do Governador. Fonte: Folha de São Paulo.

³⁴ Anos mais tarde, já Coronel, Grimualdo Teixeira Favilla comandava o 7º Batalhão de Reservistas de Santos e se juntou aos constitucionalistas paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932.

³⁵ Os revoltosos adotaram como símbolo de uma OM que havia aderido à revolta.

³⁶ Durante os anos revolucionários das décadas de 20 e 30, no Brasil, o fuzilamento de revoltosos não era uma exceção. Um dos casos ocorreu em 24 de maio de 1923, quando o Tenente Antônio Garcia de Siqueira Figueiredo foi fuzilado pela guarnição do Forte de Coimbra, por ter tentado fugir da prisão. Segundo notícia da época, “tratava-se de um oficial apaixonado pelas competições políticas da época e que se extremara em campo oposto ao das autoridades sob cujas ordens servia”.



Perto dali, no Palácio dos Campos Elísios, o Governador de São Paulo coordenava, juntamente com outros chefes militares e policiais, a resistência e o pedido de reforços. A guarda do local foi reforçada, em razão de notícias de que os rebeldes tentariam atacar o Palácio. O mesmo ocorrendo com a guarda da “2ª Região Militar, usina da Light, o centro da cidade e as Secretarias do Estado”(37).

A Força Pública de São Paulo contratou uma Missão Militar Francesa, em 1906, para ministrar instrução. Ela ficou até 1924(38). Os uniformes da FP eram azul ferrete, com quepe da mesma cor(39). As tropas estão armadas com fuzis metralhadores franceses Hotchkiss M1922, de 7,57mm, capazes de 450 tiros por minuto, com alcance de 2 km. Mais à retaguarda vê-se dois policiais com fuzis Mauser 1922, de 7 x 57mm, que também podiam abater um alvo a 2.000 metros.

Do Campo de Marte, os canhões do 2º GIAP atiram contra o Palácio, distante cerca de 4 km de distância. Por conta dos tiros de regulação(40), algumas granadas acabaram caindo em ruas e residências próximas. Um dos prédios atingidos foi o Liceu Sagrado Coração de Jesus, cerca de 350 m do Palácio dos Campos Elísios. Deve-se ter em conta que o levante ocorreu de madrugada e como os combates inicialmente se resumiam a certas partes da cidade, o paulistano iniciou o dia 5 de julho como outro qualquer. De maneira que, no caso do Liceu, havia aula. Com o impacto, um estudante ficou gravemente ferido e as aulas foram suspensas.

O 2º GIAP empregava na sua bateria no Campo de Marte os canhões alemães Krupp, de 105mm. A peças eram de 1910, capazes de atingir alvos por meio de tiros diretos e indiretos a 6,5km de distância. Chegaram ao local oriundos da sua OM, puxados por cavalos, como se fazia na época(41).

A despeito de estarem numa distância segura para alvejarem o Palácio do Governo, o seu alcance, em relação ao seu calibre, é pequeno. Sua granada pesava cerca de pouco mais de 15kg e tinha o poder de causar sérios danos nas estruturas de um prédio ou matar pessoas que estiverem em até 400 metros aproximadamente do local onde caíssem suas granadas, em razão dos estilhaços

³⁷ FORTES, Breno Borges (org). **História do Exército Brasileiro. Volume 2**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, p. 908.

³⁸ **História da Polícia Militar de São Paulo**. <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/institucional/historia-da-pm>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

³⁹ **Plano de Uniformes da Força Pública do Estado de São Paulo**, D.O. 30/10/1923. <<https://bit.ly/2NksGSI>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

⁴⁰ Segundo o Regulamento para os exercícios, o emprego e o tiro da Artilharia, editado pelo Estado-Maior do Exército, de 1927, p. 4, “por vezes é necessário atirar sem preparação ou, como é mais frequente, contentar-se com preparação sumária na falta de dados topográficos suficientes. Raramente poder-se-á efetuar uma preparação tão completa que dispense a regulação”. Foi o que ocorreu com o 2º GIAP, pois, quando sua tropa pensaria um dia ter de bombardear a cidade de São Paulo?

⁴¹ Somente em 1930 o Exército Brasileiro realizou transporte motorizado de canhões. Foram os Schneider, de 75mm, do RAM de Mato Grosso.

Figuras 13 e 14: O Liceu Sagrado Coração de Jesus e os estragos feitos pela artilharia de 105mm.

Fonte: Sob a Metralha...



Como ocorreu quando da evacuação do Governador, dos Campos Elísios para o Palácio da Justiça. Ele lá chegando, o prédio foi atingido por um tiro de 105mm, matando instantaneamente os seis marinheiros que faziam sua guarda⁽⁴²⁾.

A artilharia federal respondeu ao fogo revolucionário, mas naquele momento as suas peças não tinham alcance para atingi-lo. Contudo, os tiros federais fizeram com que os artilheiros revoltosos pudessem verificar onde estavam e atiraram contra uma das posições, acertando a peça em cheio e matando a guarnição. Essas peças haviam chegado junto com o reforço enviado pelo governo federal: 2º Regimento de Cavalaria, de Pirassununga; uma coluna de marinheiros do encouraçado Minas Gerais, com uma seção de canhões de 75mm; e o 3º Grupo de Artilharia de Costa (Forte Itaipu), cujos artilheiros também levaram seus canhões Krupp 75mm; e do Tiro Naval de Santos⁴³.

Figuras 15 e 16: Canhão Krupp 105mm. Fonte: Regimento de Blindados Osório e 13º GAC.



Com efeito, esses fatos fizeram com que o Governador escolhesse um local mais afastado para montar seu posto de resistência. O local escolhido foi em Guaiaúna (hoje estação Penha, do Metro). Os rebeldes, sabendo que estavam por lá o Governador e o Comandante legalista, enviam uma locomotiva sem condutor, para atingir o vagão das autoridades.

“Durante a permanência das autoridades civis e militares em Guaiaúna, os revolucionários mandaram uma locomotiva, sem maquinista, carregada de munição para explodir na estação, mas precavido, o general Sócrates, colocou o seu vagão em um desvio, e a máquina passou direto, descarrilhando e tombando depois, sem causar vítimas”⁽⁴⁴⁾.

⁴² História da Assembleia Legislativa de São Paulo. < <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=290637>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

⁴³ FORTES, Breno Borges (org). História do Exército Brasileiro. Volume 2. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, p. 908.

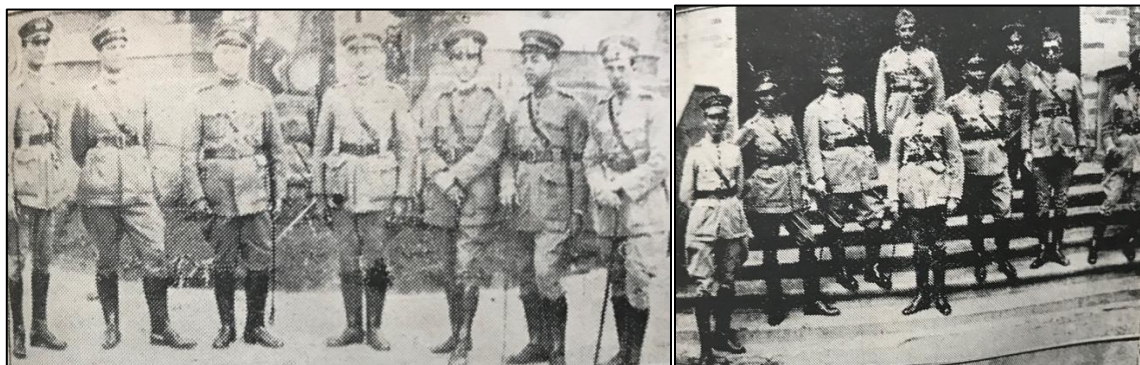
⁴⁴ História da Assembleia Legislativa de São Paulo. < <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=290637>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

A revolta se alastra por mais OM e em alguns dias chegam a São Paulo o 2º Grupo de Artilharia de Montanha, de Jundiá, com canhões de Krupp de 75mm e a maior parte das guarnições de Quitaúna, de Lorena e de Caçapava.

Também os reforços federais começam a se concentrar perto da capital paulista e em meados de julho já eram 15.000 homens contra cerca de 3.000 amotinados. Mogi das Cruzes ficou como o QG das forças legalistas sob o comando do General Eduardo Sócrates, então comandante da 4ª RM.

Figuras 17 e 18: Oficiais do 13º e 14º BC de Santa Catarina. Do 5º RI, do Paraná e 9º GAMth, do Rio Grande do Sul.

Fonte: Sob a metralha...



A cidade estava um caos. Nada funcionava direito e em muitos locais não havia policiamento. Para evitar mais danos - e em razão da evacuação do Governador - faz-se um pacto entre a Associação Comercial de São Paulo, a Prefeitura e os revolucionários, a fim de evitarem mais saques a estabelecimentos e que São Paulo pudesse voltar à normalidade possível.

Em 11 de julho, as tropas legalistas iniciam um bombardeio incessante contra os bairros do Brás, Belenzinho, Mooca e o Centro da Cidade. Cerca de 130 tiros por hora, que não atingiu nenhum alvo militar, mas sim, a população civil. As pessoas abandonam suas casas e vagam sem direção! O Bispo da cidade, Dom Duarte Leopoldo da Silva, ordenou que suas paróquias recebessem os desabrigados.

Apelos de todos os canais institucionais imploram para que os ataques cessem. Telegrafam para Arthur Bernardes para que ordenasse o fim dos ataques. A resposta do governo federal, por meio do General Setembrino, dizia:

"Devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. presidente da República a responder ao telegrama no qual V. Exa. e demais ilustres signatários pedem não seja, pelas razões que expõem, bombardeada a cidade de São Paulo, devo declarar com verdadeiro pesar que não é possível assumir nenhum compromisso nesse sentido. Não podemos fazer a guerra tolhidos do dever de não nos servirmos da artilharia contra o inimigo, que se aproveitaria dessa circunstância para prolongar sua resistência, causando-nos prejuízos incomparavelmente mais graves do que os danos do bombardeio."(45)

As áreas atingidas sofrem incêndios os quais o Corpo de Bombeiros se vê incapaz de conter. Fábricas são destruídas por ele. Além de casas e prédios públicos. No dia 14 os bairros de campos Elísios, Vila Buarque, Vila Mariana, Aclimação e Liberdade sofrem ataques. No dia 15, O Teatro Olympia, que servia de abrigo a muitos desabrigados, foi atingido. As colunas, teto e paredes desabaram sobre as pessoas, sendo sua maioria crianças, mulheres e idosos. Só ali, 30 mortos e 80 feridos graves.

O Tenente Coronel Telhada, da Polícia Militar de São Paulo, escreve que:

"No Cemitério Municipal, onde centenas de pessoas vagam como zumbis a procura de desaparecidos, 64 corpos não identificados aguardam os coveiros, para serem enterrados em covas rasas. Cerca de 200 mortos anônimos se amontoam também numa baixada do Cemitério do Araxá a espera de sepultamento... Alguns corpos, há mais de 24 horas insepultos, são enterrados sem as formalidades legais até mesmo em terrenos descampados. Muitas famílias sepultam os seus mortos em quintais (...) O jornalista Paulo Duarte, testemunha ocular dos fatos, observa que "as granadas caíam a esmo. O bombardeio durava dias e noites sem cessar; a Santa Casa se enchia

⁴⁵ 5 de Julho de 1924: 90 anos de uma revolução. Assembleia Legislativa de São Paulo. Notícias. <<https://www.al.sp.gov.br/minis/noticias/noticia.jsp?id=357976>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

de mulheres e crianças, os cemitérios pejavam-se de cadáveres e as fileiras revolucionárias não perdiam um só homem!”(46).

**Figuras 19 e 20: O teatro Olympia e um imóvel destruído, na rua Caetano Pinto, no Braz.
Fonte: Sob a metralha...**



As diversas fontes que anotaram como foi o dia a dia da cidade naquele tempo deixam claro o terror da população civil diante dos combates dentro da cidade! Um verdadeiro cenário de guerra, que quase fez com que os combates vividos na Grande Guerra de 18 tivessem se transportado para a cidade de São Paulo!

Barricadas, trincheiras, quartéis cercados de arame farpado e obstáculos. Em locais que hoje - como naquela época - é quase impossível de se imaginar que tais cenas fossem possíveis! Para a população civil, sem a menor dúvida, foi uma “tragédia: vidas interrompidas, milhares de feridos, privações, mortes, fome e frio”(47). Dos seus 700.000 mil habitantes, 300.000 deixaram a cidade! Chegou a ter 15.000 fugitivos por dia! Era o denominado “bombardeio terrificante”, muito empregado durante a 1ª Guerra Mundial e que causou enorme destruição material e em vidas!

**Figuras 21, 22 e 23 (abaixo e página seguinte):
Incêndios tomam conta da cidade. Fonte: Sob a metralha... e hemeroteca do autor.**

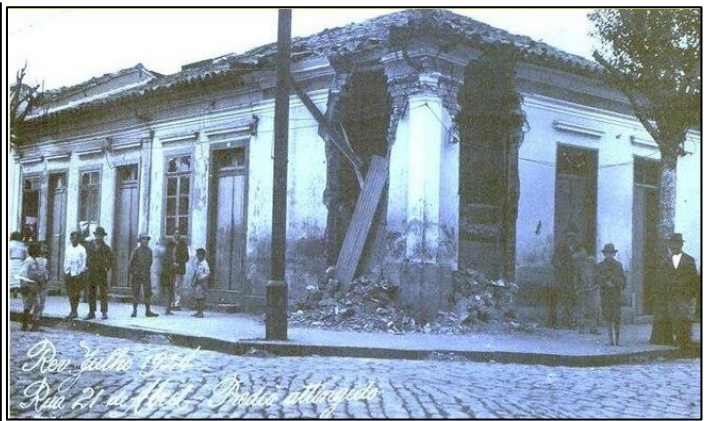


⁴⁶ TELHADA, Paulo Adriano L. L. Quartel da Luz: mansão da ROTA: História do Batalhão Tobias de Aguiar. São Paulo: Just Editora, 2012, p.

⁴⁷ COHEN, Ilka Stern, em uma entrevista dada para Ricardo Bonalume Neto, da Folha de São Paulo, quando do lançamento do seu livro Bombas sobre São Paulo: a revolução de 1924 (São Paulo, UNESP, 2007).



Figuras 24 e 25: Imóveis nas ruas João Theodoro e 21 de Abril. Fonte: Hemeroteca do autor.



Figuras 26 e 27 (abaixo): Destruição do cotonifício Rodolfo Crespi, um dos melhores estabelecimentos têxteis da América do Sul.
Fonte: Hemeroteca do autor.



Figuras 28 e 29: Casas destruída, sem local identificado. A metralhadora está na Mooca.
Fonte: Hemeroteca do autor.



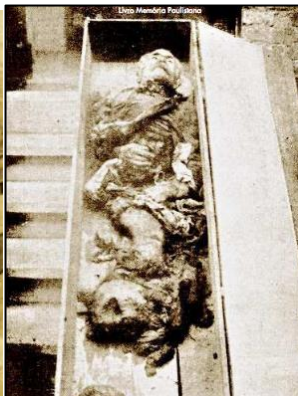
Figura 30: Residência afetada em São Paulo. Fonte: Coleção Monsenhor Jamil Abib



Figuras 31 e 32: Casa destruída na rua Helvétia e o flagrante de um saque. Fonte: Hemeroteca do autor.



Figuras 33, 34 e 35: O efeito das granadas nos corpos é aterrador! Houve mais de 2.000 vítimas! Fonte: Santa Casa de São Paulo e hemeroteca do autor.



Figuras 36, 37, 38 e 39: Estragos na Igreja Nossa Senhora da Glória, no Cambuci. Fonte: Arquivo da cidade de São Paulo.



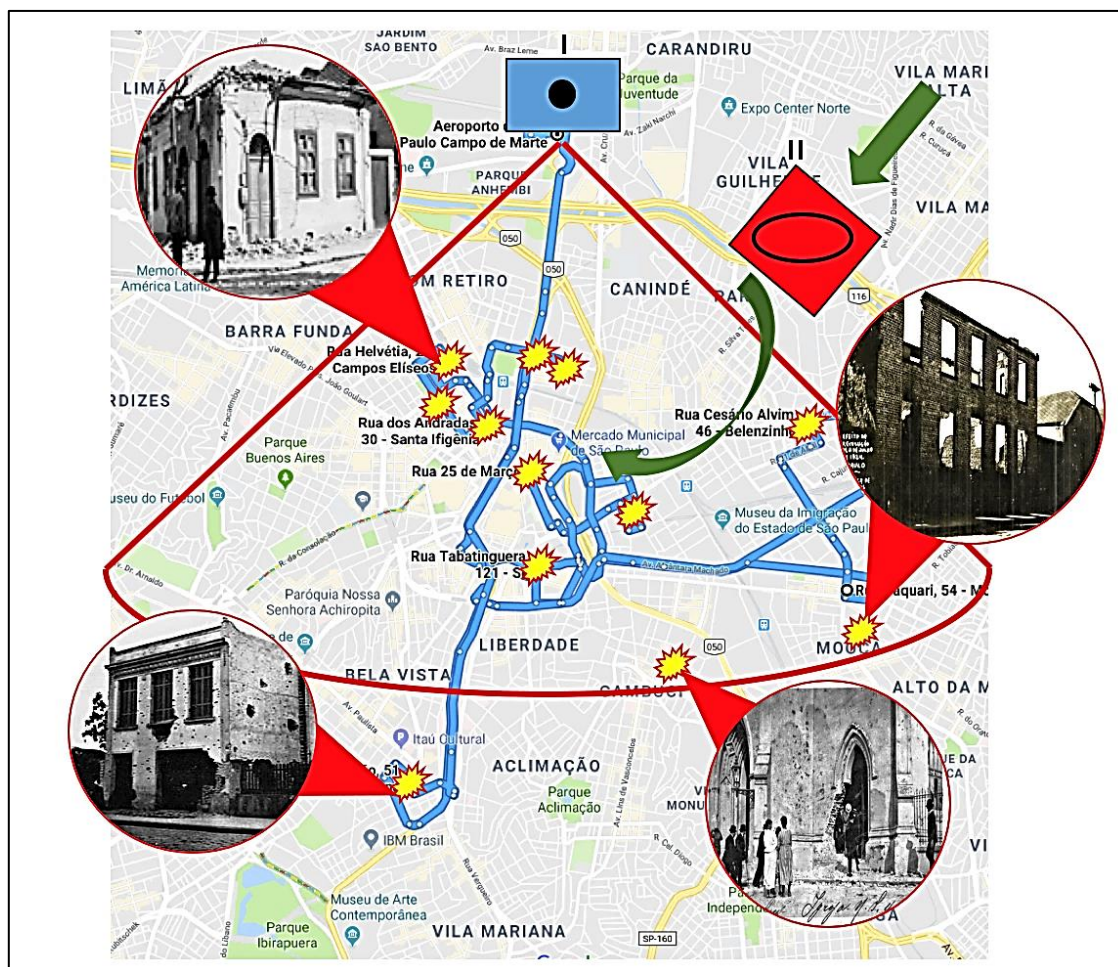
O pesquisador Felipe Herculano coletou diversas fotografias dos lugares afetados pelo fogo das tropas envolvidas. Interessante que a maioria delas ainda preserva seu nome e é possível ver os imóveis ou terrenos hoje, depois de quase 100 anos!

Ele destaca: Rua Caetano Pinto, 80; Rua Caetano Pinto, 53; Rua 25 de março; Rua Amélia 25; Rua Tabatinguera, 121-123; Rua Helvetia, 2; Alameda dos Andradas, 30; Rua João Theodoro, 22; Rua Dutra Roiz, 33,35,37; Rua Taquary 54; Rua Cezário Alvin 46-48; Rua 21 de Abril 400; Avenida Rua Lacerda Franco 1; Rua Cubatão 51; Rua Almeida Lima 169-171; Rua D. Almeida Lima 17; Rua 21 de Abril 53; Rua Serra de Araraquara 72; Rua Ricardo Gonçalves 2; Avenida Rangel Pestana nº 297(48).

No mapa abaixo, mostra-se o alcance da bateria revolucionária, em relação à cidade e alguns pontos onde se registraram combates. De se destacar que não só os revoltosos atiraram contra a cidade. As tropas legalistas também, e em maior quantidade de vezes, utilizando canhões de 75mm, 105mm e 155mm! Os estragos registrados na Vila Mariana e no cotonifício Rodolfo Crespi, perto do Itaim Bibi, mostram que os ataques também ocorreram em locais mais distantes, demonstrando que as baterias e as tropas de Infantaria se deslocavam por toda a cidade, fazendo com que a população não tivesse certeza de qual área ela estaria segura.

Figura 40 (ABAIXO): Mapa referência da área de concentração dos ataques e por onde os carros de combate entraram na cidade. Fonte: Hemeroteca do autor.

⁴⁸ Efeitos da Revolução de 1924. < <https://sambahistorica.wordpress.com/2014/09/04/efeitos-da-revolucao/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.



Ambas as tropas utilizaram o canhão Krupp de 75mm, em dois modelos, o de campanha (1908) e o de montanha (1906). Os de campanha eram um pouco maiores que os de montanha. Compunham-se de 4 viaturas peças (armão e canhão) e 4 viaturas munição (armão e carro), uma viatura bateria e uma viatura forja, puxados por seis muare. Podia atingir alvos a 6,8 km. Sua granada tinha o peso de 7kg e podia ser de alto explosivo (as que destroem as casas) ou “shrapnell”, que lançam 258 balins em alta velocidade, que dilacera os corpos das pessoas ao redor.

Já os Krupp 75mm de montanha descompunham-se em 5 fardos para transporte em dorso de muare. Cada cargueiro de munição levava 2 cofres. Sua munição era a mesma da de campanha, com estojo e carga de projeção menores que os de campanha, permitindo-lhe alcance de 3km. Também tinha uma pontaria mais precária que de campanha, não lhe permitindo rapidez de tiro⁴⁹.

Figuras 41 e 42: Os canhões Krupp de montanha, durante a Revolução de 1924 e no Exército turco. Fonte: Hemeroteca do autor.

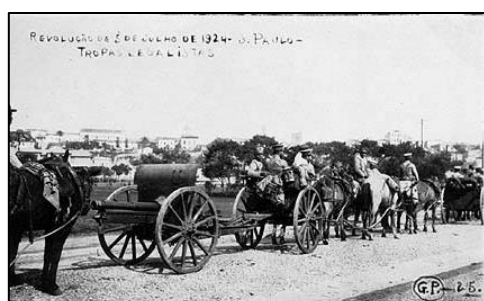


⁴⁹ FORTES, Heitor Borges. Velhos Regimentos. Rio de Janeiro: BiBliEx, 1964, p. 243 - 244.

Figuras 43 e 44: Os canhões Krupp de montanha, com partes desmontadas sobre muars (Grupo Misto de Artilharia, de Campo Grande, MS), em 1940 e muars de carga, em 1924. Fonte: Hemeroteca do autor.



Figuras 45 e 46: Os canhões Krupp 75mm de campanha, com o canhão e o carro de munições, durante a Revolução de 1924. Fonte: Hemeroteca do autor.



Figuras 47 e 48: As munições, com destaque para a “schrappnel”. Fonte: Hemeroteca do autor.

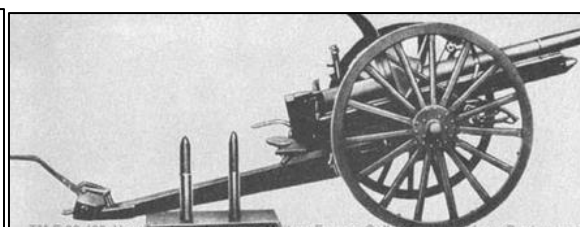
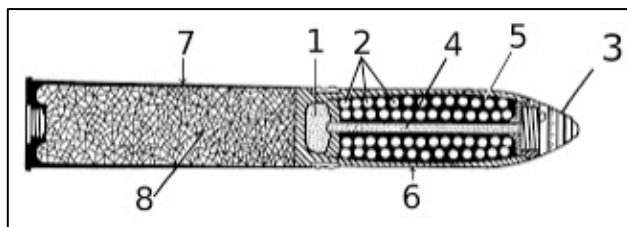


Figura 49: Guarnição necessária para se operar uma peça Krupp 75mm de campanha: 2 soldados municionadores, 1 soldado municionador-chefe, 1 soldado carregador-conteirador, 1 soldado atirador, 1 cabo apontador (50). Fonte: Hemeroteca do autor



⁵⁰ VELHO, Otávio Alves. Artilharia de Dorso. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Ouvidor, 1946, p. 119.

Figura 50: Naquela época o símbolo da Artilharia de Campanha já era a Bomba Flamejante. Outras artilharias tinham símbolo próprio, como a de Costa, que eram canhões cruzados. Fonte: Hemeroteca do autor.

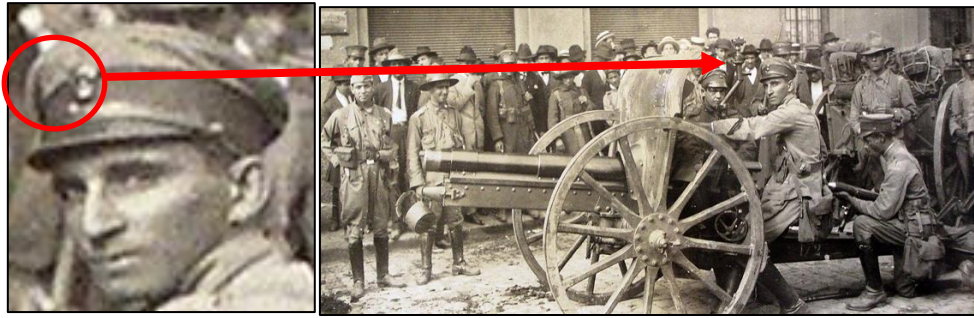


Figura 51: Canhões Krupp 75mm abrindo fogo contra as posições revoltosas. Fonte: Hemeroteca do autor.



As peças Krupp 75mm foram utilizadas pelo Exército Brasileiro até meados da década de 70, quando foram retirados de serviço. Nessa época seus rodados foram trocados dos originais de madeira, para rodados pneumáticos. Em alguns grupos, o 75mm virou monumento. Noutros, peça para salvas com festim. Em 10 de junho de 1986, no 32º GAC, em Brasília, é criada a 2ª Bateria de Obuses - Bateria Histórica Caiena (50).

“A origem do nome remonta a 14 de janeiro de 1809, quando tropas brasileiras ocuparam Caiena a mando de D. João VI, príncipe regente de Portugal que havia declarado guerra à França. Naquele dia, a Companhia de Artilharia que participou da ocupação da Guiana Francesa realizou uma salva de 21 tiros para comemorar o feito. Em 31 de julho de 1809, esse grupo militar se transforma no Corpo de Artilharia da Corte e passa a usar – até hoje – na manga direita de seus uniformes a palavra Cayena, para lembrar a histórica operação militar”(51).

A Bateria Caiena “conta com sua Seção Hipo composta por cavalos das raças Percheron e Bretão e Canhões Krupp 75mm. A Seção de Obuses é composta pelos Obuseiros M101 AR 105mm, que são as peças utilizadas na execução das atividades de cerimonial”(52).

Figuras 52, 53, 54, 55 e 56 - Bateria histórica Caiena com canhões Krupp 75mm. Fonte: 32 GAC.



⁵¹ Bateria Histórica Caiena. < <http://www.gsi.gov.br/cerimonial/Principais%20Tropas>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

⁵² Bateria Histórica Caiena. < <http://www.gsi.gov.br/cerimonial/Principais%20Tropas>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.



Da artilharia empregada em São Paulo, a mais poderosa delas era a bateria composta por canhões Schneider 155 mm. Essa poderosa arma foi a principal peça de artilharia dos Exércitos francês e norte-americano durante a 1ª Grande Guerra. Tinham sido recebidos pelo Exército Brasileiro fazia poucos anos, cerca de 1920, e estavam sediados em São Cristóvão, no 1º Grupo de Artilharia Pesada (1º GAP).

Os 155 eram tracionados por 4 pares de cavalos Percheron, muito bem tratados e alimentados com ração reforçada. Uma peça era guarnecida por 4 artilheiros⁽⁵³⁾. Terem saído do Rio de Janeiro e chegado a São Paulo não foi uma tarefa fácil. O General Fortes conta que esses canhões eram usados para treino pela EsAO. Tinham de os deslocar de São Cristóvão para o Campo de Instrução de Gericinó, 32 km dali. Entre deslocamento, acampamento e tiro, demorava 3 dias!⁽⁵⁴⁾. A distância entre o 1º GAP e São Paulo é de cerca de 450 km.

Para São Paulo foi enviada a 2ª Bateria do 1º GAP. Comandava-a o então Capitão Luiz de Araújo Correia Lima⁽⁵⁵⁾. Quando da visita do Governador de São Paulo, Carlos de Campos, à bateria, o Capitão tentou intervir na decisão de bombardeio da cidade. Ponderou, dizendo:

“Excelência, essa granada tem um raio de ação de 600 metros, isso quer dizer que duas pessoas distantes a 1 quilômetro e duzentos metros uma da outra, poderiam ser mortas pelos estilhaços de uma única granada, se esta caísse no meio. Numa ocasião como esta, sobre São Paulo, o melhor uso desta bateria é ficar silenciosa”.

Mas Carlos de Campos, assim como Arthur Bernardes, estavam dispostos a tudo para aniquilar os rebeldes. E respondeu. “Estou certo de que São Paulo prefere ver destruída sua formosa Capital antes que destruída a legalidade”

No dia 11 de julho de 1924, bombas de 155 caíram sobre São Paulo, levando morte e confusão aos pobres paulistas!

Figuras 57 e 58 (abaixo): Canhões Schneider 155mm empregados pelo EB, com rodados pneumáticos. A foto deles operacionais é de meados da década de 60. Fonte: Hemeroteca do autor.

⁵³ Cenas de Schneider 155mm sendo empregados durante a 1ª Guerra Mundial pode ser vistas aqui: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=12&v=Lpx0FH72g90>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

⁵⁴ FORTES, Heitor Borges. Velhos Regimentos. Rio de Janeiro: BiBliEx, 1964, p. 256.

⁵⁵ Hoje ele é o Patrono dos Oficiais da Reserva.

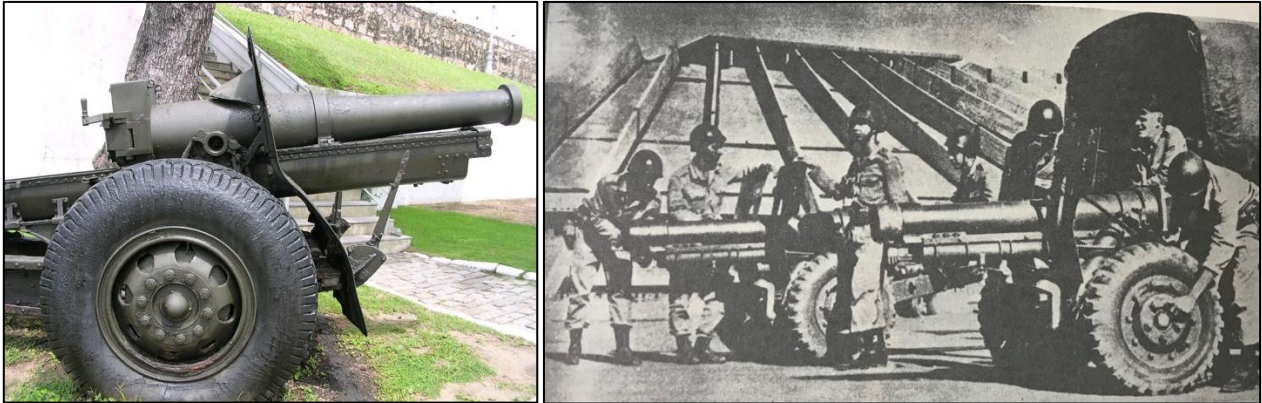
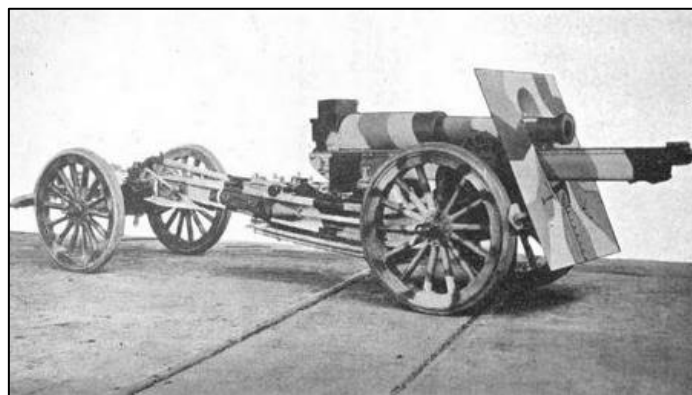


Foto 59: Um Schneider 155mm com rodado original e pronto para ser acoplado a uma parelha de cavalos. Fonte: Hemeroteca do autor.

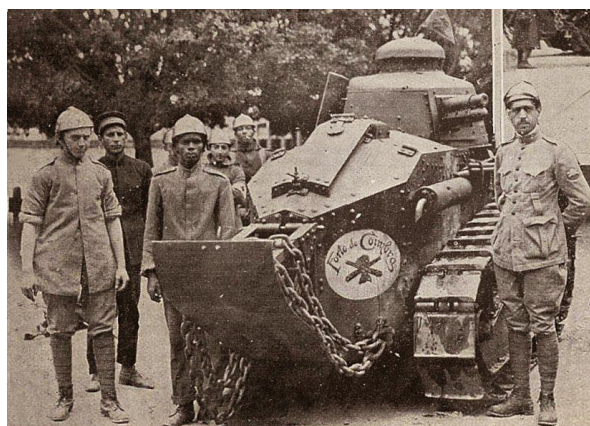


Por ter sido um ambiente urbano, quase não se viu o emprego clássico da cavalaria. Mas ela foi utilizada na sua vertente mais moderna de então: carros de combate. Mal haviam sido entregues ao Brasil, em 1921, os carros de combate Renault FT-17 foram enviados para São Paulo, para dar combate aos revoltosos. Por serem algo novo até mesmo para as tropas legais, ele causou um enorme impacto nas tropas envolvidas na luta. Ao todo o país recebeu 12 unidades, que passaram a pertencer à Companhia de Carros de Assalto. Destes, pelo menos 6 foram enviados para São Paulo.

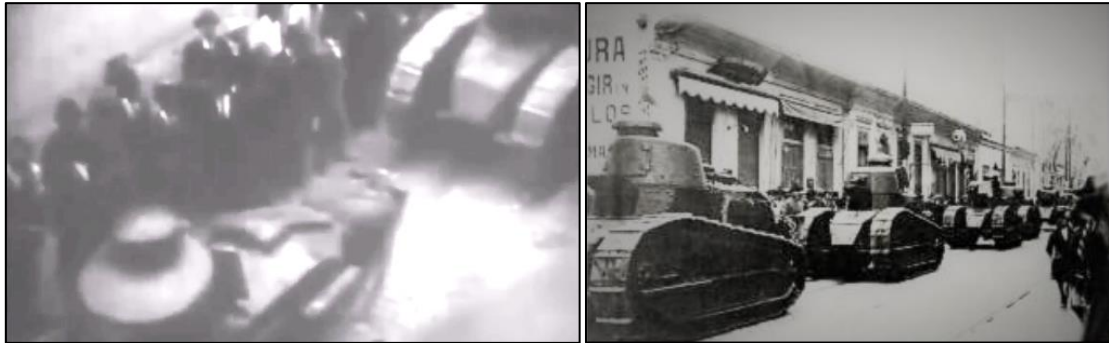
Armado com uma metralhadora Hotchkiss de 7mm ou um canhão Putteaux de 37mm, tinha a guarnição de 2 homens, sendo um o motorista e comandante e o outro, o artilheiro. Suas tropas eram as únicas com capacete previsto com o uniforme. Tinha a velocidade de 7km/h e podia rodar 65 km sem abastecer.

As armas dos revoltosos não conseguiam penetrar na blindagem de 22mm do FT-17.

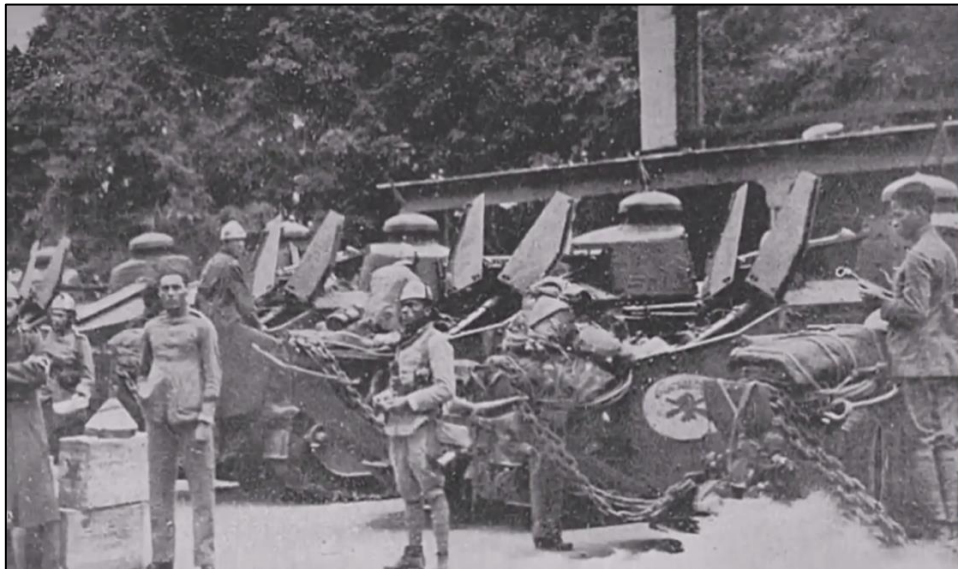
Figuras 60: Os Renault FT-17 do Exército Brasileiro receberam nomes históricos. Na foto vê-se o Forte de Coimbra, armado com canhão de 37mm. Fonte: Hemeroteca do autor.



Figuras 61 e 62: Da chegada dos carros de combate em São Paulo. Deslocaram-se em coluna, como que em uma parada, entrando na cidade pelo bairro do Belenzinho. Fonte: Hemeroteca do autor.

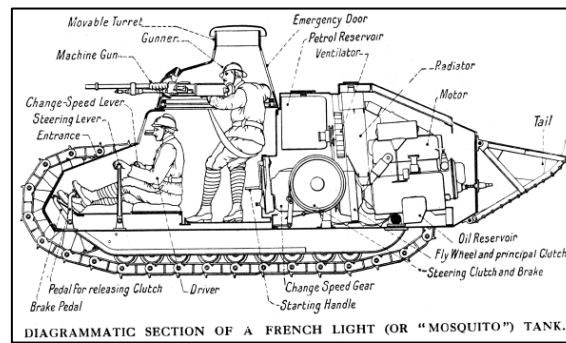


Figuras 63 e 64: Notas a forma como o capô do motor era aberta (a entrada era feita pela frente do veículo). Dentre eles o Campina da Taborda. Tabela com os nomes dos FT-17 no Brasil. Fonte: <http://panzerserra.blogspot.com/2017/05/renault-ft-17-gun-tank-and-ft-17-tsf.html>

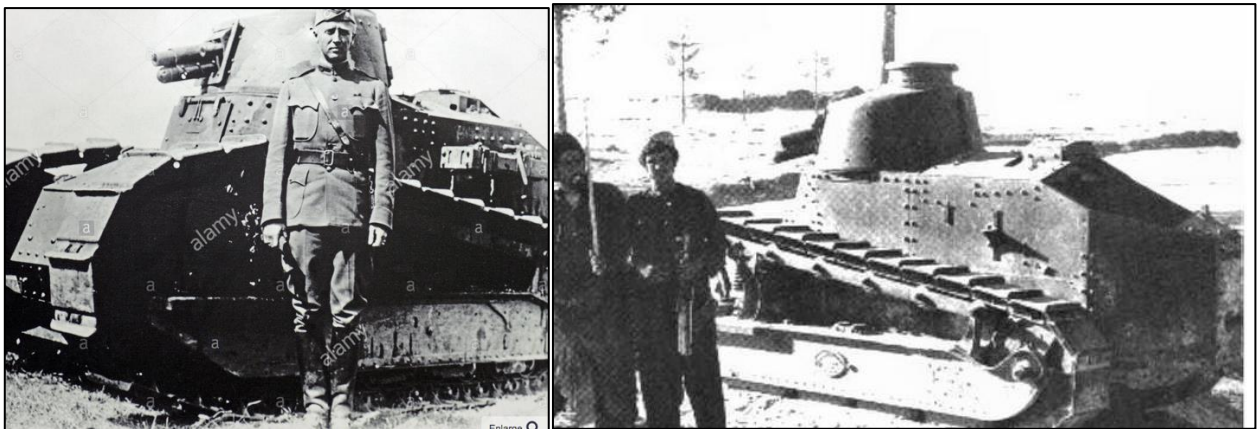


Names of Renault FT 17 tanks Company of Assault Cars – Brazilian Army			
name	honor to	turret type	gun
Avahy	Paraguay War	Berliet oct.	Hotchkiss 7mm
Humayta	Paraguay War	Berliet oct.	Hotchkiss 7mm
Colônia dos Dourados	Paraguay War	Berliet oct.	Hotchkiss 7mm
Ytororó	Paraguay War	Berliet oct.	Hotchkiss 7mm
Caseros	1851/1852 Campaign	Berliet oct.	Hotchkiss 7mm
Forte de Coimbra	Paraguay War	Girod	Puteaux 37mm
Riachuelo	Paraguay War	Girod	Puteaux 37mm
Tuluty	Paraguay War	Girod	Puteaux 37mm
Campina da Taborda	Guararapes Battle	Girod	Puteaux 37mm
Guararapes	Guararapes Battle	Girod	Puteaux 37mm
Palmares	Guararapes Battle	Girod	7mm / 37mm
Ypiranga	Independence	none	none

Figura 65: Diagrama de disposição da tripulação de um FT-17. Fonte: Hemeroteca do autor.



Figuras 66 e 67: Os EUA utilizaram o FT-17. Na foto o então Capitão George Patton, do lado de um FT-17, na França, em 1918. E um FT-17 empregado pelas forças afegãs contra a invasão da União Soviética, na década de 1980. Fonte: Hemeroteca do autor.



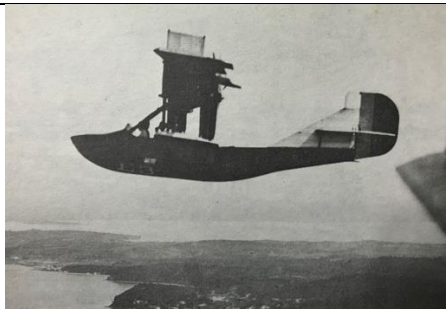
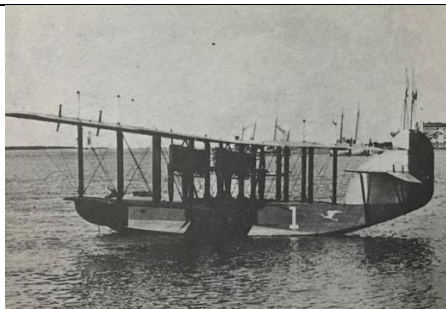
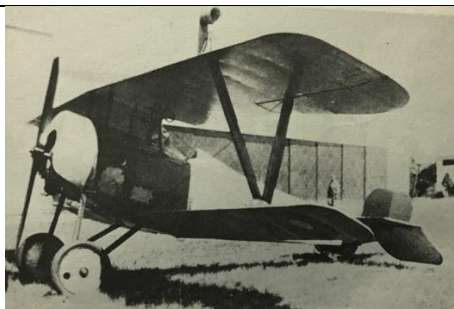
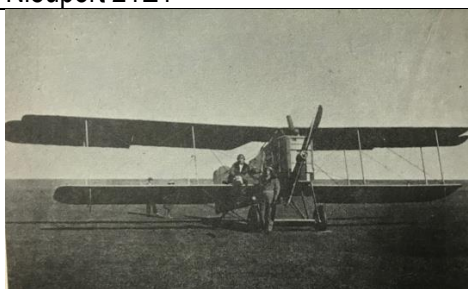
Para dar combate aos carros de combate legalistas, os paulistas rapidamente blindaram caminhões com os materiais das oficinas das companhias das estradas de ferro da cidade. Mas tais veículos não chegaram a ser empregados. Quando da tomada do quartel da Luz, os soldados legalistas os encontraram lá, já prontos.

Figuras 68 e 69: Os "blindados" revolucionários. Fonte: Hemeroteca do autor.



Outra arma "nova" que foi empregada na Revolução de 1924 foi o avião. Com efeito, tanto o Exército Brasileiro quanto a Marinha do Brasil possuíam aeronaves naquela época. Pelas características e dificuldades que os corpos aéreos dessas armas possuíam e passavam, as aeronaves destacadas para reforçarem o esforço de guerra em São Paulo quase não voaram. E quando o faziam, era para voos de observação e eventualmente, lançamento de panfletos. Somente no final de junho de 1924 é que se empregou os Brèguet 14A2/B2 para ataques a alvos em áreas do perímetro urbano paulistano.

Pelo que se tem dos poucos dados sobre o emprego aéreo na Revolução de 1924, eis que que as aeronaves da Marinha voaram sobre o litoral e as do Exército, na região paulistana.

Aeronave	Força	Enviados	Dados
 Curtiss MF	Aviação Naval	2	Aeronave de instrução e emprego geral. Não possui armamento. Voava a 115km/h e tinha uma autonomia de 555km. Essas aeronaves apenas mantiveram sob controle o espaço aéreo litorâneo, para evitar a tomada de Santos.
 Curtiss F-5L	Aviação Naval	6	Aeronave de patrulha e bombardeio. Era armada com 4 metralhadoras Lewis .303, móveis, 2 na proa e 2 dorsais traseiras. 4 bombas de 104kg sob as asas inferiores. Voava a 144,83km/h e tinha uma autonomia de 1335 km. Essas aeronaves apenas mantiveram sob controle o espaço aéreo litorâneo, para evitar a tomada de Santos. Perseguiu uma aeronave revoltosa.
 Nieuport 21E1	Aviação Militar	2	Aeronave de treinamento avançado. Não possui armamento. Foram empregados em voos de observação e reconhecimento. Voava a 159km/h, com autonomia para 241km.
  Brèguet 14A2/B2	Aviação Militar	6	Aeronave de bombardeio, observação e fotografia. Era armado com 1 metralhadora fixa Vickers .303 e duas móveis geminadas Lewis .303 em anel na nacele traseira. 300kg de bombas. Voava a 190km/h e tinha autonomia de 700km. Foi uma esquadrilha dessa aeronave que atacou São Paulo. A fotografia do embarque da aeronave no trem é interessante. Elas não iam voando, mas sim por outros meios, para se diminuir o risco de acidentes.

	Aviação Militar	2	Aeronave de Instrução. Não possui armamento. Foram empregados em voos de observação e reconhecimento. Voava a 120km/h e tinha uma autonomia de 3 horas.
---	-----------------	---	--

SPAD 54 Herbemont

Fonte: Aviação Militar Brasileira 1916 - 1984.

Mais uma vez os paulistas usaram os meios que tinham para se igualarem às tropas federais.

“Os insurretos resolveram utilizar a aviação nas suas operações, contando com a habilidade de Eduardo Gomes, Antônio Reinaldo Gonçalves, Guarani Gomes, Anésia Pinheiro Machado, e também de Lúcio Gordines e Alberto Comelli (italianos) e Fritz Roesler e Carlos Herdler (alemães), em frágeis aparelhos que sobrevoavam as tropas inimigas, colhendo informações. Uma única tentativa de bombardeio aéreo a 24 de julho, o lançamento de uma bomba no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, frustrou-se por defeito no avião Oriole, pilotado por Eduardo Gomes e Carlos Herdler, que teve de fazer uma aterragem forçada próximo à cidade de Cunha. Os dois aviadores foram, mais tarde, presos”(56).

Em verdade, houve mais missões. Numa delas, Karl Hardler e Eduardo Gomes sobrevoaram Sorocaba e Santos, lançando panfletos sobre as tropas inimigas. Lançaram até mesmo sobre o encouraçado São Paulo. Em seguida, viram um Curtiss F-5L, que inicia uma perseguição. Contudo, os aviadores conseguem escapar e retornam para o campo de Marte.

Aeronave	Força	Enviados	Dados
 Curtiss Oriole Type 169 od. 519	Revoltosos	1	Aeronave de três lugares para uso geral: 1 piloto e 2 passageiros. Não possui armamento. Voava a 1138km/h e tinha uma autonomia de 900km. A tentativa de ataque ao Palácio do Catete seria feito por lançamento da bomba de 3kg, pelas mãos de um dos passageiros. A aeronave se acidentou e foi apreendida pela polícia.

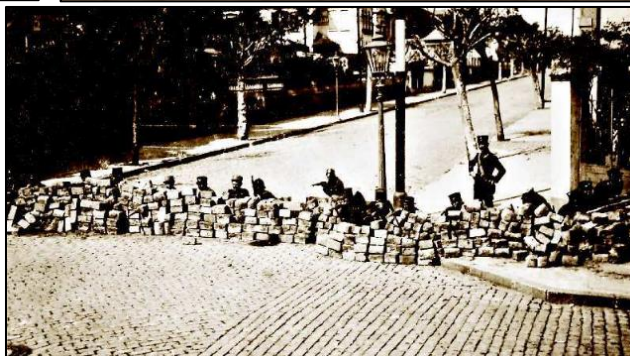
Fonte: Hemeroteca do autor

Contudo, dentre todas as atividades que foram executadas durante a revolução, a que mais teve impacto no dia a dia da população, foram as barricadas que se ergueram em diversas ruas da cidade. As fotografias da época mostram que os combates casa a casa, que tanto temor leva a uma cidade, aconteceram durante todo mês de julho, só terminando com a retirada das tropas revolucionárias, pela via férrea.

A situação dos revoltosos cada dia ficava mais difícil. Com informes de que tropas federais poderiam impedir uma possível retirada das tropas revolucionárias, lhes cortando o caminho, ao se dominar as linhas férreas de Mogi Mirim e Campinas, tropas revolucionárias são enviadas para impedir esse desiderato. Para tanto, são destacados os homens do tenente Cabanas, que formavam a Coluna da Morte. Fazendo-se preceder de notícias terríveis, afugentou as tropas que lhes dariam combate e com isso dominou os pontos chaves e garantiu o eixo da evasão.

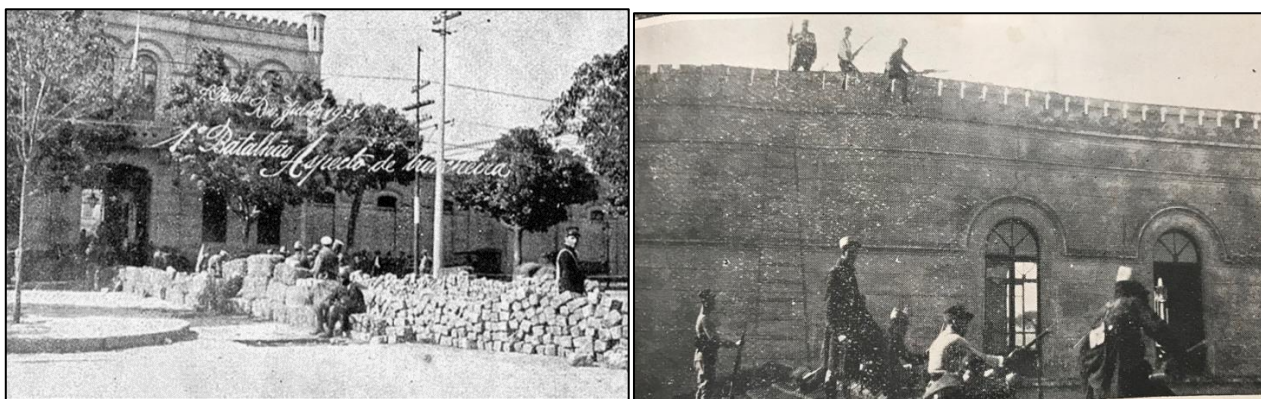
Figuras 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76 (abaixo): as barricadas em diversos pontos de São Paulo. Fonte: Hemeroteca do autor.

⁵⁶ FORTES, Breno Borges (org). **História do Exército Brasileiro. Volume 2**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972, p. 908

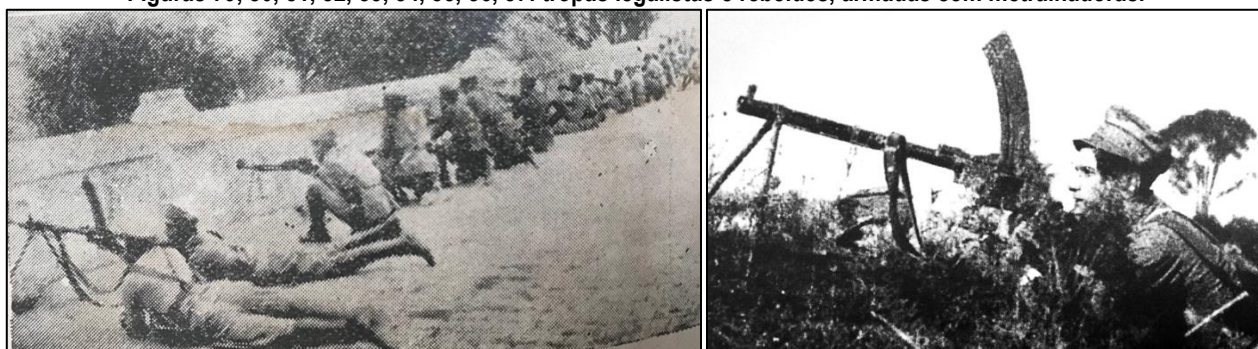


Nesta última fotografia, notar que há militares do Exército e da polícia juntos. Os do Exército estão vestidos de fardas cáqui, ao passo que os policiais, com farda azul ferrete (inteiro) ou calça azul ferrete e túnica branca. Mas o quepe em ambas as fardas, é o de modelo francês. Já a cobertura das tropas do EB ou eram boné americano, ou quepe e em tropas que combatiam em campo, chapéu de aba larga. O fuzil de ambos é o Mauser, de 7mm. Em alguns pontos as tropas entrincheiradas ou protegidas por com obstáculos com franja voltada para o lado que se pensa virá o inimigo, porta metralhadoras pesadas.

Figuras 77 e 78: barricadas no quartel da Luz, hoje, Quartel da ROTA. Fonte: Sob a metralha...



Figuras 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87: tropas legalistas e rebeldes, armadas com metralhadoras.



Uma linha com 8 fuzis metralhadoras Madsen M1902, com atirador e municiador, deitados. Na outra foto, militares numa trincheira. O cartucho tinha 30 balas. A arma com bipé permite aos combatentes se posicionarem como mostrado, para melhor proteção, sendo o bi-pé, um meio de facilitar manter a mira estável. E pelos uniformes, são militares do EB.



Aqui se tem metralhadoras Hotchkiss M1914. No tripé, há um banquinho, para que o atirador possa ter uma melhor posição para manter seu tiro mais estável. Calibre 8mm, pode dar até 600 tiros por minuto. Foi utilizada até meados da década de 60, pelo EB. Também pelo fardamento, vê-se que nas fotos, são militares do Exército.

Um fato interessante sobre a Madsen M1902 e a Hotchkiss M1922 é que elas ainda estão sendo utilizadas pela Polícia Militar, para os enfrentamentos contra os traficantes de drogas, naquele Estado!



Nestas fotografias vê-se a metralhadora Maxim-Vicker Mkl, conhecida como a Rainha da Morte. Calibre 7,7mm (.303), podia dar 450 tiros por minuto. Seu cinto de munição carregava 250 projeteis. Tinha um alcance de 700 metros. Fonte: Hemeroteca do autor.



Hotchkiss M1914, com proteção frontal e rodado, para acompanhar a cavalaria. Notar que o militar da arma de cavalaria está portando uma clavina Winchester calibre .44, orgânica a esta arma. Na outra foto, uma Madsen ao centro e outros militares portando clavinas Winchester.

Em finais de julho o cerco da cidade já estava por demais duro. A movimentação de alimentos e demais suprimentos mostrava-se cada vez mais difícil. Manter as posições e a moral da tropa exigia esforços cada vez maiores. Nelson Tabajara de Oliveira relata em 1924, a Revolução de Isidoro, que:

“Depois do dia 20 de julho os chefes das forças de São Paulo perceberam que a situação era insustentável, pois não se haviam dado as esperadas adesões de tropas legalistas e o governo agora empregava artilharia e tanks para assediar as barricadas rebeldes. A tarefa de manter a ordem se apresentava sobre-humana. A cidade contava naqueles dias com mais de 600 mil habitantes, havia um proletariado numeroso e impaciente, a população civil temia cooperar com os revolucionários, a disciplina militar praticamente desaparecera. O extenso front ocupado por milhares de soldados exigia constante remuniciamento e abastecimento. Se faltassem balas, havia risco de posição ser abandonada e se não houvesse comida à hora certa, as praças recorriam às residências das proximidades em busca de alimento, e isto nem sempre terminava em amabilidades. Muitos combatentes caíram numa espécie de “não-me-importismo” e negligenciavam seus deveres ante a situação cada vez mais

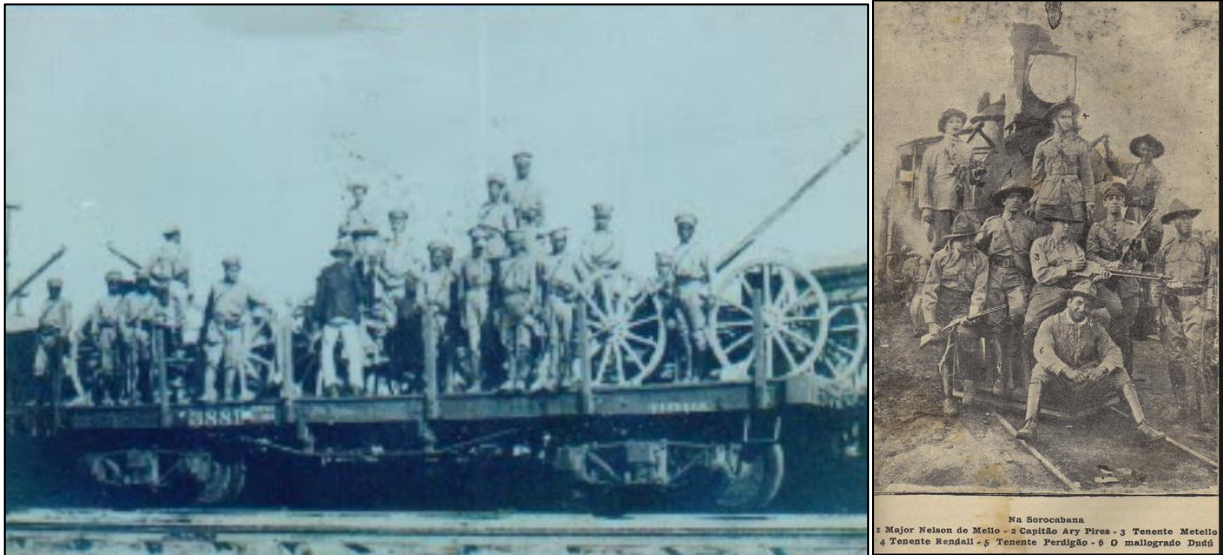
crítica. Cada dia que passava piorava o estado de coisas e diminuía o tamanho da frente de luta. As novas incorporações de voluntários não alcançavam a compensar as deserções, ou por outra, o abandono das trincheiras para trocá-las por divertimentos, visitas ao meretrício, comodidades da retaguarda.”(57).

Figuras 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96: O embarque dos revoltosos, em direção ao interior paulista e o sul do Mato Grosso. Fonte: Hemeroteca do autor.



⁵⁷ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. **1924: a revolução de Isidoro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 99.

Fotografia na qual mostra militares da Força Pública de São Paulo, identificados por sua farda azul ferrete/túnica branca e calça ferrete.



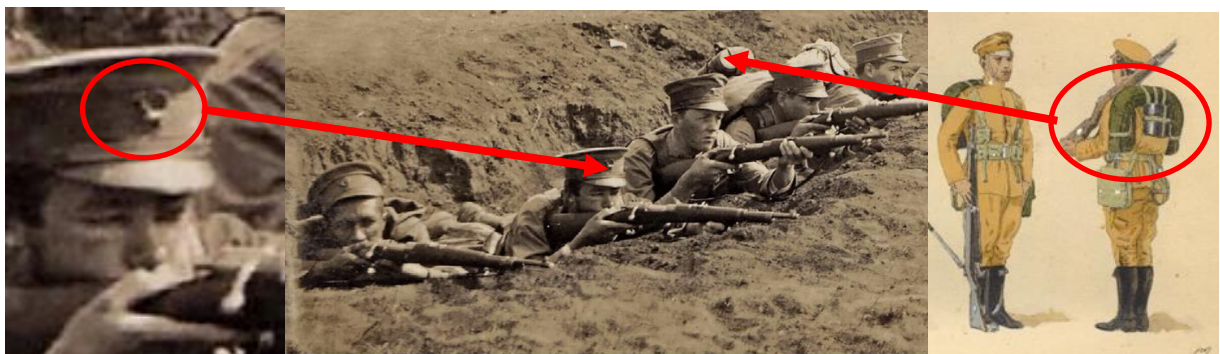
Não bastassem esses fatos, ainda, poucos dias antes, o Capitão Joaquim Távora é morto, quando da tentativa de tomada do 5º BFP. Vendo-se cercado, rende-se, mas é covardemente morto. Um duro golpe para os revoltosos.

Assim eles buscam o armistício, condicionado à renúncia de Arthur Bernardes, o que não é aceito. No dia 27 de julho Isidoro decide pela retirada de São Paulo. Para tanto, se utilizam da estrada de ferro da Companhia Paulista. 3.000 revolucionários, em 13 composições, evacuam a cidade sem que as tropas legais percebessem a movimentação.

Para poupar a cidade, os revoltosos decidem deixar a cidade e levar a luta para o campo aberto. Outra vez esclarece Tabajara de Oliveira:

“la operar-se um dos maiores milagres da história militar brasileira, pois na retirada não se levariam apenas soldados, mas todo armamento, munição, artilharia, cavalaria, abastecimento, ambulâncias, Estado Maior e o sistema de diferentes serviços de administração e de retaguarda (...) A figura incansável e insubstituível foi, entretanto, Henrique Ricardo Holl, artífice da retirada, que enfrentou só e sem queixas a sobre-humana tarefa de preparar, em Itirapina, a mudança das composições ferroviárias que conduziam o enorme material, da bitola larga da Paulista, para a média da Sorocabana”.

Figura 97: Símbolo dos Batalhões de Caçadores e apetrechos.



Comenta Yuri Abyaza Costa, neto de Miguel Costa que:

“O que ficou conhecido como DIVISÃO SÃO PAULO era resultado da junção de três Brigadas. 1. Brigada general Bernardo Araujo Padilha: Tropas do Exército e elementos civis; 2. Brigada general Mesquita Vasconcelos: Tropas do Exército e voluntários civis, 3. Brigada general Miguel Costa: Tropas da Força Pública. A JUNCTÃO DA BRIGADA DO RIO GRANDE DO SUL COM A 3ª BRIGADA DA DIVISÃO SÃO PAULO. Dizem, pelo motivo da Força Pública paulista ter aprendido com a Missão Instrutora Francesa o aperfeiçoamento de táticas de combate, que a Divisão São Paulo era adepta da guerra de posição. A guerra de posição é uma luta de trincheiras onde soldados se enterram e concentram artilharia pesada no inimigo” (...) Cidades dominadas pelos

revolucionários durante o mês de julho e agosto de 1924. Divisão Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa: (Divisão São Paulo ou Coluna Paulista): São Paulo - Sorocaba - Campinas - Jundiaí - Itú - Rio Claro - Limeira - Araras - Pirassununga - Descalvado - São Carlos - Jaboticabal - Bauru - Agudos - Jaú - Mineiros do Tietê - Dois Córregos - Bocaina. Coluna Major Bastos: Sorocaba - Mairinque - Pantojo. Coluna Muniz Guimarães: Bauru - Araçatuba. Coluna Cabanas (Coluna da Morte): Campinas - Jaguariúna - Amparo - Itapira - Moji Mirim - Casa Branca - Eleutério - Espírito Santo do Pinhal. Mais cidades onde a Divisão São Paulo esteve: São Paulo - Campinas - Rio Claro - Itirapina - Bauru - São Manuel - Botucatu - Avaré - Ourinhos - Salto Grande - Paraguaçu Paulista - Sapezal - Quatá - João Ramalho - Laranjal Doce - Indiana - Presidente Prudente - Presidente Bernardes - Santo Anastácio - Caiuá - Porto Tibiriçá - Três Lagoas (MS) Guaíra (PR) Foz do Iguaçu (PR) Santa Helena (PR) Catanduvas (PR). A Coluna Paulista era gigantesca e estava muito bem armada, municiada e abastecida de víveres, por nove meses combateu mais de 20 mil soldados do governo. Os feitos da Coluna Paulista são pouco mencionados nos livros de história, o que pode ser considerado um descaso com a história do Brasil e principalmente com a história de São Paulo e da Força Pública Paulista, que enche seus soldados de glórias, por verificarem a honra, a coragem e a força com que seus antecessores de farda souberam lutar em prol de um Brasil digno, soberano e democrático".(58).

Em outras regiões as quais a revolução havia também se iniciado, os rebeldes não conseguiram êxito. Foi o caso de Belém, cujos revolucionários se renderam em poucos dias. Já no Rio Grande do Sul, a revolução estoura na zona missioneira. Mas também não logram sucesso e partem na direção das tropas paulistas, levando consigo 1.000 homens. Durante a jornada, ocorreram diversos combates entre as tropas revolucionárias e as federais. Numa delas destacou-se o grupo de artilharia comandando por Osvaldo Cordeiro de Farias(59). Em outro, em Seival, RS, já em 1926, Oswaldo Aranha(60), comandante de uma força legalista, foi ferido quando a Coluna Relâmpago tentava impedir a posse de Washington Luís na presidência da República.

Já as tropas paulistas se dirigiam para o sul de Mato Grosso, mas encontram forte resistência das tropas ali estacionadas, sob o comando do General João Nepomuceno da Costa, comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso. Como em 1922 a guarnição de Mato Grosso havia ficado do lado rebelde, o General Nepomuceno havia pedido à NOB para avisar-lhe de qualquer movimentação estranha na sua rede. E por não poder confiar em todos os seus oficiais - já que muitos não haviam sido transferidos depois de 1922 -, ao eclodir a revolta paulista, em 5 de julho, envia telegramas aos comandantes das unidades subordinadas ao seu comando, para que deixassem suas tropas de prontidão, para rápida mobilização, caso necessário.

Receberam tal telegrama os comandantes do 16º BC, de Cuiabá; 17º BC, de Corumbá; 18º BC e 1º GI do RAM, de Campo Grande; 10º RCI, de Bela Vista e da 3ª Comp. Do 6º BE, de Aquidauana(61). No dia 19, a tropa mobilizada já estava em Três Lagoas. Com o intuito de invadir o Estado de São Paulo, se preciso fosse, o General Nepomuceno reforçou a tropa que já havia enviado para lá com o 1º Esquadrão do 11º RCI; 1ª Companhia do 17º BC; 50º RCI; 66º BC; 67º BC; 1ª Companhia do 16º BC; 6ª Companhia de Sapadores Mineiros; 15 praças de Cáceres, adidas ao 5º RA Costa; 18º BC; 2º Esquadrão do 10º RCI e o 10º BIP.

Quando as tropas de Juarez Távora tentam forçar a passagem para o sul do Mato Grosso, encontram uma força bem maior que a sua. Segundo Oliveira:

“O combate de Três Lagoas foi o mais sangrento da revolução paulista! O número de baixas de lado a lado tornou-se incalculável e soube-se que hospitais improvisados na cidade, foram insuficientes para receber o incrível número de feridos”(62).

⁵⁸ **A coluna Miguel Costa/Prestes.** <<http://revolucaobrasileirade1924.blogspot.com/2011/10/coluna-miguel-costa-prestes-pri-meira.html>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2019.

⁵⁹ Cordeiro de Farias foi promovido a general-de-brigada em janeiro de 1942, tornando-se na época o mais jovem general do Exército brasileiro. Em agosto de 1943, Cordeiro foi chamado a integrar a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE), que ficaria conhecida como Força Expedicionária Brasileira (FEB), comandada pelo general João Batista Mascarenhas de Moraes.

⁶⁰ Em fevereiro de 1947, Oswaldo Aranha foi nomeado chefe da delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) e ocupou o posto destinado ao Brasil no Conselho de Segurança da entidade. Em abril do mesmo ano, presidiu a I Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU. Foi sua decisão de Minerva que deu votos suficientes para a criação do Estado de Israel.

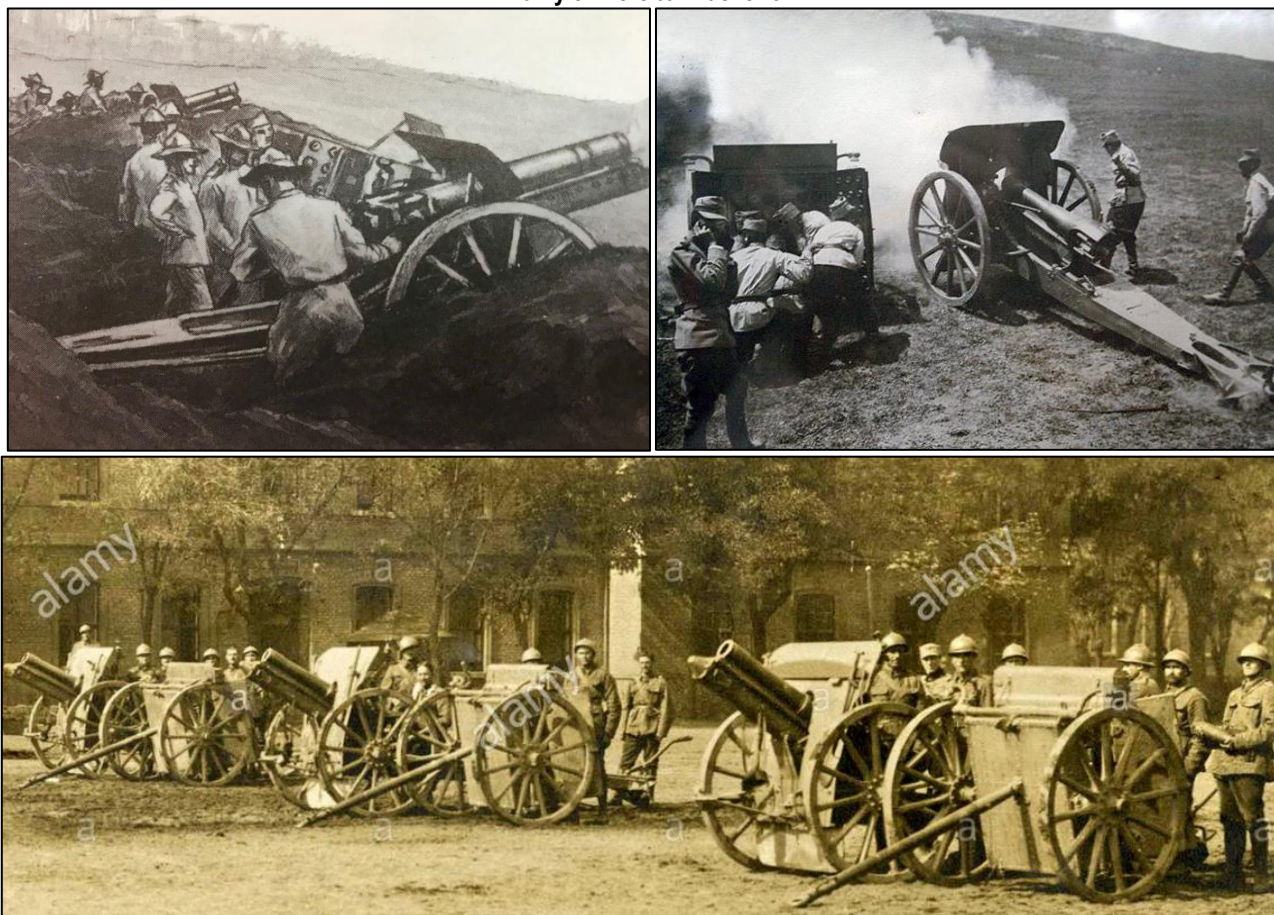
⁶¹ COSTA, João Nepomuceno. **A Circunscrição Militar de Mato Grosso e o levante sedicioso de São Paulo.** Campo Grande: IHGMS, 2013, p. 33 e 60.

⁶² OLIVEIRA, op. cit., p. 105.

Após esses combates, os revoltosos resolvem partir para o Paraná, via rio Paraná. Estariam agora dentro da área controlada pelo então Capitão Dilermando de Assis⁽⁶³⁾, que comandava 200 homens para a defesa de Guaíra. Muitos combates e contatos ocorreram até que as tropas revolucionárias atingem Catanduvas, no Oeste paranaense, onde havia uma estação de telégrafo, cujo seria utilizado para as articulações a fim de manter a revolução viva e reorganizarem o exército revolucionário, bem como, aguardar a vinda das tropas de Prestes, que marchavam desde o Rio Grande do Sul.

Em Catanduvas ocorreriam os últimos combates da revolução de 1924, com uma violência impressionante. Para lá foi enviada uma bateria de Krupp 105mm do 3º Grupo Independente de Artilharia Pesada - 3º GIAP - (atual 13º GAC, de Cachoeira do Sul, RS). O 3º GIAP já tinha uma de suas baterias deslocadas para São Paulo, as quais participou dos bombardeios contra a capital paulista.

Figura 98, 99 e 100: o ataque do 3º GIAP e cenas da 1ª Guerra Mundial, onde o Krupp 105mm foi largamente empregado. Fonte: Alamy e Exército Brasileiro.



Com os combates em Catanduvas, em 1925, muitos rebeldes morreram, mas outros tantos conseguiram escapar. Eles se juntaram à coluna que vinda do Rio Grande do Sul, comandada por Carlos Prestes e a partir dali, percorreram mais de 25.000 quilômetros dentro do Brasil, levando o espírito da revolução a fim de combaterem o mandato de Arthur Bernardes. Ficaram firmes até que houve a sucessão presidencial. Essa coluna entrou para a história como coluna Miguel Costa - Prestes.

Mas 1924 não terminaria em paz. No Rio de Janeiro as ordens de Bernardes de bombardear a cidade de São Paulo repercutiu muito mal na sociedade. E a 4 de novembro o encouraçado São Paulo se amotina e pedem a renúncia do presidente! Domingos Meireles, numa reportagem para a Revista História, em 1974, escreve:

“O movimento da jovem oficialidade da Armada representa um protesto contra o governo de Arthur Bernardes que havia esmagado a revolução paulista, sem compaixão, espalhando o pânico e a morte entre a população civil. As instituições democráticas, em novembro de 1924, vegetavam à sombra de uma ditadura que

⁶³ Dilermando de Assis chegou a general. Ele, quando cadete, foi o assassino de Euclides da Cunha, autor de Os Sertões.

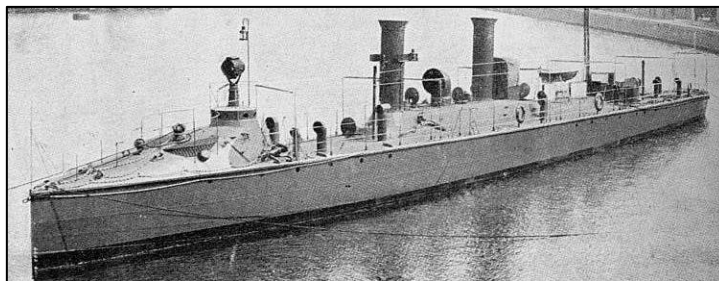
dissimulava sua existência com o instrumento legal do estado de sítio (...) [a sociedade] repudiam as violências que estão sendo praticadas em nome de uma suposta pacificação”(64).

Os Fuzileiros Navais que lutaram nas ruas da Mooca, dando combate aos revoltosos, contaram o horror que viram na capital paulista, em razão dos ataques com bombas e granadas de artilharia.

Inicialmente, os revoltosos da Marinha receberam a informação de que as fortalezas da Artilharia de Costa do Exército apoiariam o levante, com exceção à do Pico, em Niterói. Enquanto ainda estavam finalizando os preparativos para a tomada de ação, eis que são informados que o plano foi descoberto. Não havia mais tempo a perder. Às três horas da manhã, a bandeira vermelha - símbolo da revolução de 5 de julho - é içada no mastro central do São Paulo.

Iniciam-se então a luta pelo controle do navio, pois apenas 7 oficiais estavam à testa do levante. O mesmo acontece com outros navios. Ao verem a bandeira, os revoltosos do encouraçado Minas Gerais começam a agir. O torpedeiro Goiás também se amotina. Ao reverso do que aconteceu com os marujos do São Paulo, no Minas Gerais e no Goiás, o levante é sufocado.

Figuras 101 e 102: o torpedeiro Goiás e o encouraçado Minas Gerais, este, da mesma classe que o São Paulo. Fonte: Navios de Guerra Brasileiros.



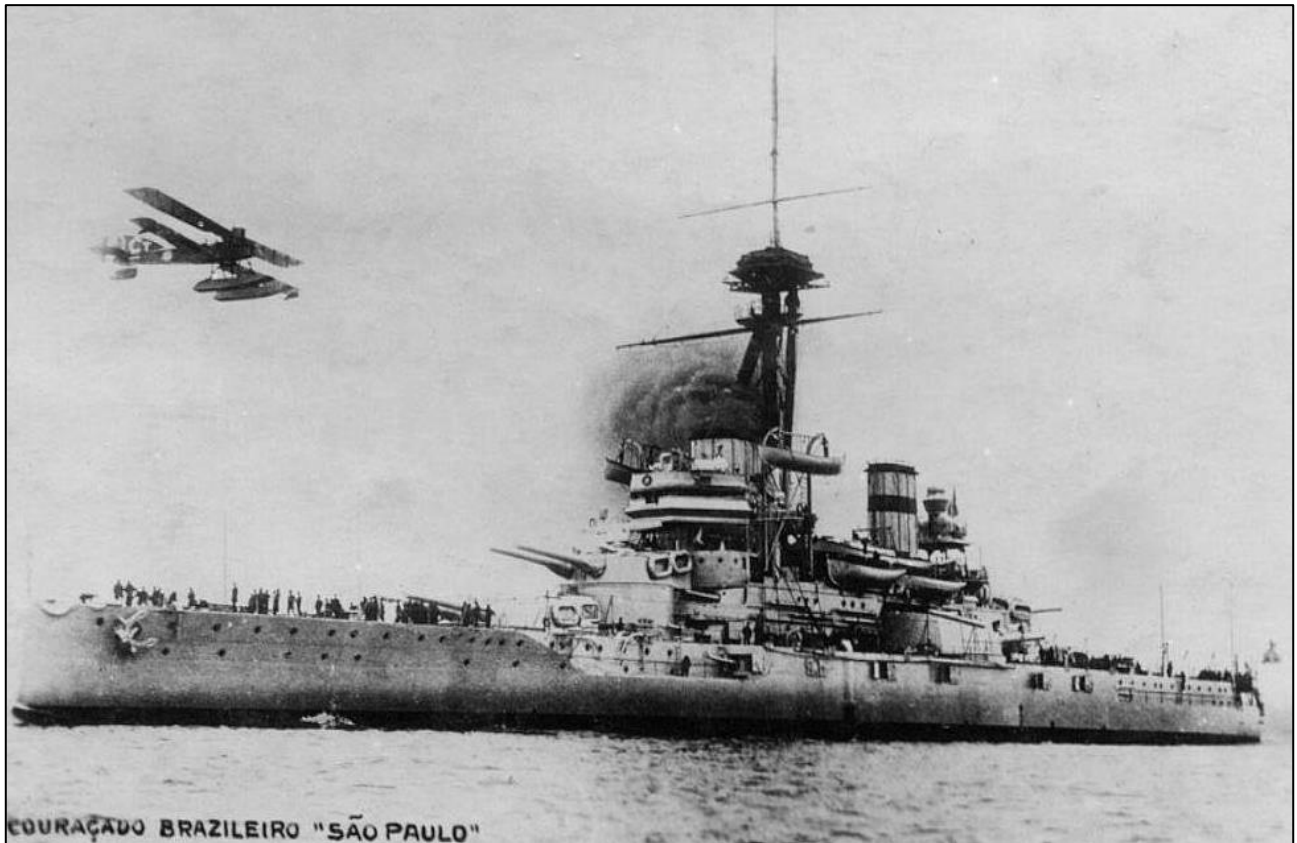
O ministro da Marinha de então, Almirante Alexandrino Alencar, embarca numa lancha e vai em direção aos amotinados, que atiram contra ele com um canhão-revólver de 47mm. O ministro então rumo para o Minas Gerais.

Rompendo o apoio, a fortaleza de Santa Cruz atira contra o São Paulo, com suas baterias de 150mm. Os tiros acertam o mastro central, uma chaminé e avaria a controladora de tiro. Os estilhaços também ferem gravemente 3 tripulantes. O São Paulo revida e sua torre número 2, com dois canhões de 305mm, atira contra a fortaleza e silencia suas baterias.

Repetindo a cena que aconteceu em 1922, a Fortaleza de Copacabana também abre fogo contra o São Paulo, com seus canhões de 305mm. O hidroavião que estava sendo rebocado pelo encouraçado, além de duas lanchas, são atingidos e afundam. O São Paulo volta seus canhões para a fortaleza, que para de atirar, visto que a troca de tiros poderia levar para o Rio de Janeiro o mesmo terror que muitos dos oficiais dos dois lados da revolução, censuravam: o ataque a civis.

⁶⁴ MEIRELES, Domingos. **A revolta do encouraçado São Paulo**. São Paulo: Editora Três, 1974, p. 54.

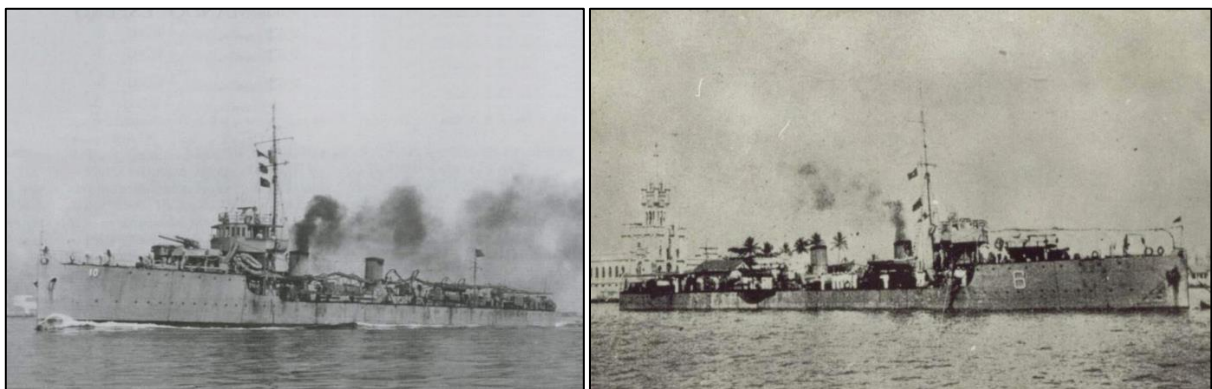
Figura 101: o São Paulo esquentando as caldeiras para iniciar sua jornada para fora da baía da Guanabara. Fonte: Navios de Guerra Brasileiros

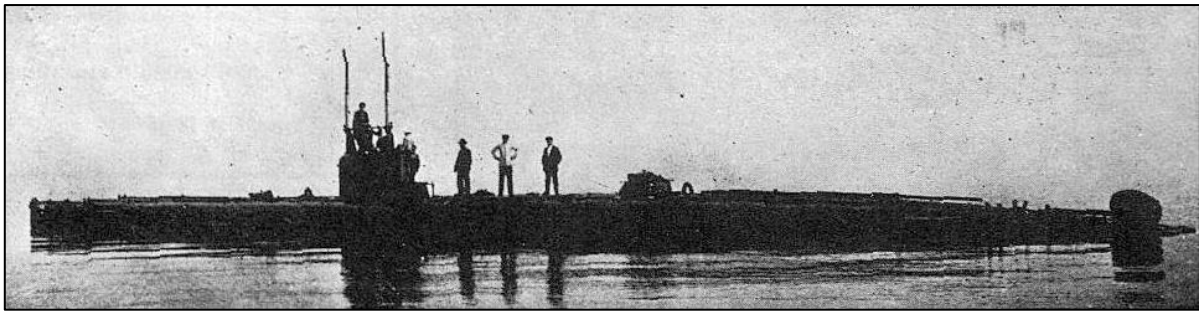
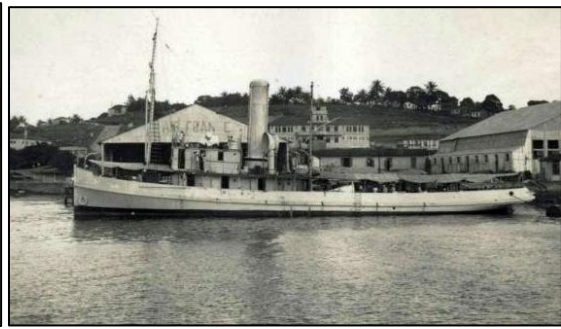
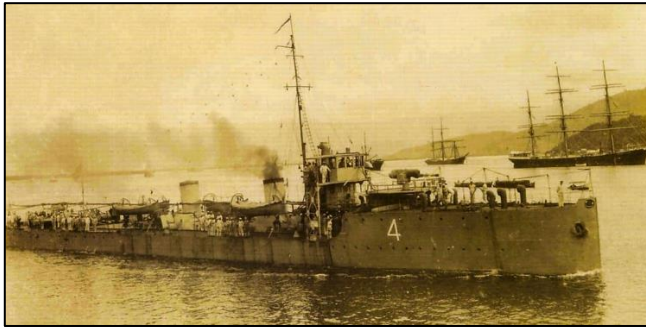


O São Paulo estava carregado de víveres, de carvão e municiado. Mas estava “miope”, já que sua controladora de tiro havia sido avariada, seus disparos teriam de ser feitos por cálculos manuais.

Acreditando que as tropas revolucionárias de Prestes estariam em Rio Grande, em virtude de uma revolta que havia ocorrido lá, partem em direção àquele porto. Porém, os revoltosos do São Paulo não podiam imaginar que Prestes estava naquele momento indo em direção a Foz do Iguaçu (bem longe do litoral), para se juntar às tropas de Miguel Costa. E enquanto planejavam, interceptam uma mensagem do Ministro da Marinha para que a esquadrilha de bombardeiro de Florianópolis atacasse o navio revoltoso. Não só isso, para caçar o São Paulo, a Marinha envia o Minas Gerais, os contratorpedeiros Mato Grosso, Alagoas, Rio Grande do Norte, o caça-minas Heitor Perdigão e o submarino F-1.

Figura 102, 103, 104, 105, 106: o Mato Grosso, o Alagoas, o Rio Grande do Norte, o Heitor Perdigão e o F-1. Fonte: Navios de Guerra Brasileiros





Ao chegarem em Rio Grande, requerem um práctico, mas não recebem resposta. Decidem então rumar para Montevideú, a fim de comprarem carvão e a água. Num primeiro momento pensam em fazer uma guerra de corso, no litoral do Brasil, contra a Marinha do Brasil, como muito bem o fez o Conde von Luckner e seu Seeadler, durante a Primeira Guerra Mundial. Mas o São Paulo era lento e pesado, de maneira que os rebeldes desistiram de empregar essa tática.

Na capital uruguaia, os oficiais pedem asilo e emitem documentos assumindo o levante e livrando a tripulação. O São Paulo entra no porto de Montevideú, disparando uma salva de 21 tiros. A bandeira uruguaia está hasteada no mastro central. O pavilhão nacional, no mastro de guerra.

A revolução de 1924 tem diversas lições para serem estudadas e refletidas. A primeira delas diz respeito aos políticos, como Arthur Bernardes, que mesmo depois de ordenar o bombardeio de uma cidade brasileira, causando mais de 500 mortes e mais de 5.000 feridos, sem ter sido preso ou processado, mesmo depois de findo seu mandato de Presidente da República, é de causar espanto! Ainda mais que algumas práticas já tinham sido utilizadas na Grande Guerra, de maneira que era um crime previsto no Direito. Por certo que as Revoluções de 30 e 32 têm muito do seu gene em razão da Revolução de 5 de julho.

Na parte militar, de se admirar o espírito de liderança e o magnetismo do idealismo de líderes como Miguel Costa, Joaquim e Juarez da Távora, Tenente Cabanas e muitos outros. Diante de circunstâncias e cenários de imensa privação, suas tropas lutaram resistiram, avançaram e se portaram com uma garra impressionante. Desde os primeiros tiros, em São Paulo, até o desfecho em Catanduvás, o brio oscilou - como fora com qualquer tropa de elite da história - mas não morreu, já que muitos ainda depois dos combates no Paraná, ainda se juntaram à coluna Miguel Costa - Prestes, para percorrer mais de 25.000 km, em condições às vezes muito pior das que quando iniciaram sua marcha até Catanduvás.

Ainda da parte militar, o ineditismo de algumas armas, como os aviões e carros de combate, em ambiente urbano. A violência dos choques entre as partes. A mobilização da população. A logística de abastecimento de tropas em lugares distantes uma das outras, fez com que parte do sucesso se devesse a isso. Também no que tange à retirada, perfeita em todos os detalhes!

E o horror do descaso e desprezo pela vida humana, na qual os mandatários de São Paulo e do Brasil, preferiam ver a cidade de São Paulo em ruínas, do que cedê-la aos rebeldes.

Que os ideais de democracia e espírito republicano, que empolgaram os revoltosos de 1924, se fortaleça a cada geração. E que as lições de dor e sofrimento, de uma geração que pegou em armas, para que o Brasil evoluísse politicamente, não seja tampado pelo véu do esquecimento, mas sim, iluminado pelo sol do agradecimento!

O Exército Brasileiro utilizou os ensinamentos que adquiriu durante essa revolta e - estudados seus pontos fracos e fortes, o mesmo ocorrendo com a Marinha, mas sem reflexões e sem interferência - fizeram com que essas forças iniciassem estudos a fim de corrigir os erros que cometeram na condução das atividades bélicas.



A Contrarrevolução de 1964: Golpe? Ditadura?

Coronel Manoel Soriano Neto – Historiador Militar e Advogado.

A finalidade destas breves considerações é a de acrescentar alguns insumos acerca da não caracterização do Movimento Cívico-Militar, deflagrado em Minas Gerais, em 1964, como golpe ou posterior ditadura ('militar' ou 'civil-militar', que levou o País aos 'anos de chumbo'), sendo certo que o assunto é polêmico.

O nosso presidente Jair Bolsonaro vem, a esse respeito, assinalando, de há muito, notáveis aspectos, máxime os atinentes ao campo político-ideológico. Dentre outros, destaco quatro deles: 1) o Congresso, na madrugada de 2 de abril de 1964, em sessão secreta, depôs o senhor João Goulart, da presidência do Brasil, eis que o presidente do Congresso Nacional, senador Auro de Moura Andrade, em face da ausência do presidente, proclamou a vacância do cargo. O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Ranieri Mazzili, 'ipso facto', segundo preceitos constitucionais, assumiu a curul presidencial. Diga-se que o Congresso, por meio de decreto, anulou, em 2013, "de modo infantil", segundo o então deputado Bolsonaro, a dita sessão, em um canhestro e ideológico revisionismo histórico. Ora: a História não pode ser modificada/manipulada ao sabor dos tempos e ao capricho de alguns (à ocasião, disse Bolsonaro: "Lenin apagava fotos. O Congresso hoje em dia apaga fatos"...); 2) em 11 de abril, também como previa a Constituição de 1946, o Parlamento elegeu o marechal Castello Branco, inclusive com os votos de Juscelino Kubitschek e Ulisses Guimarães; 3) Castello Branco tomou posse em 15 de abril - e não em 31 de março, como muitos pensam - recebendo a presidência, do deputado Ranieri Mazzili (governou de 2 a 15 de abril), tudo, repita-se, segundo regras constitucionais vigentes; 4) outrossim, o presidente assinala que 'toda a Imprensa queria que João Goulart saísse, exceto o "Última Hora"'. De fato, basta que compulsemos os jornalões da grande imprensa de então e as mais famosas revistas - 'O Cruzeiro', 'Manchete' e 'Fatos e Fotos' -, para evidenciarmos o repúdio da Nação ao governinho de Goulart. Idem, quanto à Igreja Católica (a CNBB, a 'Ação Católica', etc); entidades como a OAB e outras; as classes produtoras/empresariais; a maioria dos parlamentares, além da esmagadora maioria das Forças Armadas. Aduziria mais que os governadores de quase todos os estados apoiaram, irrestritamente, a Contrarrevolução (à exceção dos de Pernambuco, Miguel Arraes, e de Sergipe, Seixas Dória, ambos depostos ao se deflagrar a Revolução; acrescente-se que o governador do estado do Rio de Janeiro, Badger da Silveira, sofreu 'impeachment' da Câmara Legislativa Estadual, no mês de maio). Urge que mencionemos os nomes dos governadores dos principais estados brasileiros que aderiram, com as suas Polícias Militares, incondicionalmente, à Contrarrevolução: Magalhães Pinto (MG); Adhemar de Barros (SP); Carlos Lacerda (Guanabara); Nei Braga (PR); Celso Ramos (SC); Ildo Meneghetti (RS) e Mauro Borges (GO). É de perguntar-se, então: será que "50% da população apoiavam Jango" (sabendo-se que foi essa mesma população que elegeu os citados governadores, prefeitos e congressistas?; e enfrentou as constantes greves políticas, a hiperinflação e o desabastecimento?; que assistiu à quebra da disciplina e da hierarquia nas FFAA, estimulada - pasme-se - por seu Comandante Supremo?; e, indignada, saiu às ruas, espontaneamente, nas históricas e grandiosas 'Marchas da Família com Deus e pela Liberdade'?), como assevera, com base em 'pesquisa do IBOPE em oito capitais brasileiras', entre 9 e 26 de março de 1964, o jornal Folha de São Paulo, de 29 de março do presente ano??

Destarte, a Nova Ordem implantada - autoritária, como não poderia deixar de ser -, não foi um golpe de Estado e sim uma inexorável e premente exigência do povo brasileiro, de quem, consoante mandamento constitucional, todo o poder deve emanar. Cumpriu-se à risca preceitos da Lei Magna, diferentemente de ditaduras, como a do 'Estado Novo' varguista, v.g.; e mais: o regime só se protraiu no tempo, por 21 anos, em vista de ações terroristas e da luta armada (guerrilhas) desencadeadas por esquerdopatas, a começar com o atentado no Aeroporto dos

Guararapes (PE), no ano de 1966. Daí inferir-se, não apenas pelo que foi acima expendido, ser INEVITÁVEL a ocorrência do memorável 31 de Março de 1964 (um contragolpe preventivo!) a fim de se pôr cobro a uma caótica comoção social que levaria o País à guerra civil...

Isto posto, apresentarei uma tese/teoria que aprendi quando estudava Direito. Dizem (a ser conferido) que ela foi trazida ao Brasil pelo jurista de tomo, o português Marcelo Caetano. Ele foi deposto da presidência de Portugal, por ocasião da ‘Revolução dos Cravos’, em 1974, veio para o Brasil, tendo sido contratado como professor pelas Faculdades Estácio de Sá (RJ).

Ao proferir uma palestra sobre o 31 de Março, no Batalhão da Guarda Presidencial – Batalhão Duque de Caxias (Brasília-DF), fiz uma sucinta explanação sobre o assunto e o valoroso coronel Kepler Bastos, comandante da Unidade, entusiasmou-se pelo tema e me incentivou a escrever sobre o mesmo, como farei a seguir.

O único Organismo Internacional que trata da análise dos governos em todo o mundo, se de **‘estrutura democrática’** ou **‘de estrutura totalitária’** - para usarmos as expressões por ele utilizadas - é o Tribunal (ou Corte) Internacional de Justiça da ONU (o ‘Pretório Egrégio’ desta Organização, que não deve ser confundido com o Tribunal Penal Internacional) sediado em Haia, na Holanda, também conhecido como ‘Tribunal ou Corte de Haia’. Esta Corte preconiza como sendo ‘de estrutura democrática’, aqueles países que obedecem a seis fundamentos básicos: três deles são os pilares da democracia grega e os demais, típicos das modernas democracias. Dos gregos, são considerados os princípios 1) da ‘isonomia legal’ (“todos são iguais perante a lei”); 2) da ‘isotimia’ (princípio da representatividade: “todos têm o direito de exercer funções públicas e administrativas e de constituir um seu representante ou paráclito”, como um advogado, um prefeito, um deputado, etc) e 3) da ‘isagoria’ ou ‘isegoria’ (em alusão às ‘ágoras’, locais em que os gregos discutiam os seus problemas, coletivamente, por meio da dita ‘democracia direta’, vale dizer, “a liberdade de reunião e de expressão, desde que não atentatórias às leis estabelecidas”, etc., etc. Frise-se que este direito é negado aos democratas, pelos profíctos da ideologia marxista-leninista). Da democracia moderna exsurgem três outras condicionantes: 1) ‘a existência de eleições’ (independentemente se diretas ou indiretas); 2) o ‘pluralismo partidário’ (em oposição ao partido único dos regimes totalitários) e 3) a ‘rotatividade no poder’. Pois bem: o Brasil, ao tempo dos governos militares, cumpriu tais resoluções, tanto que o mencionado Tribunal, à época, NÃO nos classificou como país ‘de estrutura totalitária’. Inegavelmente, como não poderia ser de outra forma, por causa da mui conturbada atmosfera político-social vivenciada, como afirmamos no início desta matéria, esses governos foram autoritários, de força, às vezes de exceção, porém jamais se constituíram em uma ditadura, como as de Cuba, Coreia do Norte, Venezuela e outras. Os **parâmetros técnico-jurídicos** quanto a isso, existem, pois, e sempre têm que existir, como linhas atrás expusemos (que incluem, sim, as liberdades de expressão e de imprensa), para que não prevaleça o subjetivismo amador, irresponsável e inconsequente, como sói acontecer entre nós, desafortunadamente.

O presidente americano Jimmy Carter foi um ferrenho detrator da tese em comento (quando veio ao Brasil da ‘ditadura Geisel’, recusou as galas devidas e embarcou sozinho no automóvel do Cardeal Evaristo Arns...). Mas, com o passar do tempo, na presidência de Reagan, foi mudada radicalmente aquela política e os EUA passaram a conviver, harmonicamente, com países de regime autoritário.

Em conclusão e por derradeiro, em que pese a minha pequenez jurídica, se me perguntarem se houve golpe em 1964 e se os governos militares foram ditatoriais, ousou responder, convictamente, com um rotundo NÃO!!

Coronel Manoel Soriano Neto – Historiador Militar e Advogado.



Você sabe como nasceu o revólver?

Em 1835 um jovem de 21 anos realizou um feito que, para muitos historiadores, mudou o curso da história mundial. Imaginem a mudança de mentalidade e de possibilidades belicistas existentes num mundo que só possui armamentos que disparam apenas uma munição por recarga quando esses equipamentos passam a fazê-lo com cinco ou seis cartuchos. Foi essa a evolução implementada por Samuel Colt, que ao observar o funcionamento do eixo tracionador de um navio em que servia como marinheiro teve a brilhante ideia de anexar à arma de fogo um tambor que, após efetuado um disparo, girava e recarregava a arma, deixando-a pronta para um novo tiro.



DOCUMENTO HISTÓRICO!

(Contribuição do Acadêmico Dr. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, Presidente do TRF 4)

Trecho da Ordem do Dia do Gen Médici, Cmt da AMAN, em 2 de abril de 1964.

"Cadetes!

Ao decidir empregar a Academia e, em especial, o Corpo de Cadetes, eu e meus assessores diretos fomos tomados de viva emoção. Lançávamos, assim, o sangue jovem do Exército na liça e corríamos o perigo de vê-lo umedecer as velhas terras do Vale do Paraíba. Mas forte que ela, porém, foram o sentimento de nossas responsabilidades e o conteúdo energético de nosso ideal de, no mais curto espaço de tempo, restaurar os princípios basilares de nossa instituição. Vosso entusiasmo, vosso idealismo imaculado, vossa fé nos destinos do País e vossa dedicação aos misteres militares foram os elementos fiadores da decisão então tomada, que acabou por contribuir de modo ponderável para a solução da crise em nossa área de operações.

Após 29 anos de alheamento, a Academia Militar voltou a empenhar-se ostensivamente na luta pelo aprimoramento de nossas instituições e pela tranquilidade de nosso país. Vós o fizestes com pleno sucesso e com admirável galhardia. Que, por isso, a História da Pátria lhes reserve uma Página consagrada, fazendo-os ingressar no rol daqueles que, despidos de qualquer ambição ou interesse subalterno, um dia se dispuseram a lutar pelo país que nossos descendentes hão de receber engrandecido e respeitado.

Cadetes: Pela história, atingis os umbrais da glória."

Acesse a última crônica do Cel Claudio Vogt - *Uma semana de fúria*, pelo www.escritorcfvogt.blogspot.com.br

Nos dias 23 e 24 de abril de 2019, no Auditório do Museu Militar do Comando Militar do Sul: II Ciclo de Palestras da AHIMTB/RS/2019

- O CENTENÁRIO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO EXÉRCITO BRASILEIRO – 1919/1940
Informações pelo lecaminha@gmail.com – Inscrições pelo 3220-6366 (Museu)

EFEMÉRIDES DE ABRIL [Fonte: O Avaiano 246 (Turma Avaí da AMAN), Abril de 2019]

- Dia 08 – Inauguração da EsAO em 1920;
- Dia 10 – Dia da Engenharia;
- Dia 12 – Dia da Intendência;
- Dia 13 – Dia do Hino Nacional;
- Dia 14 – Início da batalha pela conquista de Montese (1945);
- Dia 19 – Primeira Batalha dos Guararapes (1948);
- Dia 21 – Dia de Tiradentes, Dia das PM e Inauguração de Brasília;
- Dia 22 – Dia do Descobrimento do Brasil (1500);
- Dia 27 – Conquista de Collecchio, Itália (1945); e
- Dia 28 – Conquista de Fornovo, Itália (1945).



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS

lecaminha@gmail.com

Sites: www.ahimtb.org.br e

www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com

Blog da Delegacia da AHIMTB/RS em Cruz Alta:

<http://acadhistoriacruzalta.blogspot.com.br/>